

06 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Judiciário, em guerra por aumento, lidera gastos com pessoal

Máquina dos tribunais teve crescimento de quase 50%, ante elevação de cerca de 20% na administração direta

Associação de juízes diz que aumento de gastos com novos servidores compensa quase 20 anos de estagnação

NATUZA NERY
GUSTAVO PATU
DE BRASÍLIA

O Judiciário, que abriu um conflito com o Executivo ao reivindicar recursos para um aumento salarial no próximo ano, foi o Poder que mais ampliou seu quadro de funcionários e os gastos com pessoal nos últimos anos.

Enquanto a gestão petista interrompeu um processo de enxugamento e elevou em cerca de 20% o total de servidores na administração direta, nas autarquias e fundações, a máquina dos tribunais foi elevada em quase 50%.

Trata-se de um aumento de 81,7 mil para 121,6 mil servidores — o contingente incorporado ao serviço público é semelhante ao número de empregados de uma grande empresa como a Ambev.

Impulsionada por essa expansão, a despesa com pessoal cresceu, em valores nominais, 154% ao longo dos dois mandatos de Lula, considerados também os aposen-

tados e pensionistas.

No Executivo, o crescimento foi de 142,5%, e a causa principal foram os reajustes salariais generalizados.

O presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil), Gabriel Wedy, disse que o aumento de gastos com pessoal no Judiciário é uma compensação de quase 20 anos de "estagnação", além de consequência do crescimento demográfico.

Na semana passada, um pedido de aumento para o Judiciário quase gerou a primeira crise institucional na gestão de Dilma Rousseff.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal se revoltaram ao constatar que a proposta orçamentária de 2012,

“ Havia a necessidade de criar vagas de juizes, para servidores e de melhorar a estrutura para servir melhor a população

GABRIEL WEDY
presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil)

enviada ao Congresso na última quarta-feira, não contemplava a demanda.

Pelas contas da equipe econômica, o pleito teria custo de R\$ 7,7 bilhões, considerado "impraticável" pelo Ministério da Fazenda.

A proposta do Judiciário eleva a remuneração dos ministros para R\$ 30,6 mil, um aumento de 14,7% sobre os atuais R\$ 26,7 mil. O documento prevê, ainda, reajuste de até 56% para servidores.

Além dos valores absolutos, o Planalto teme o efeito cascata do aumento sobre outras categorias. Prevê, ainda, um crescimento da pressões de outras carreiras.

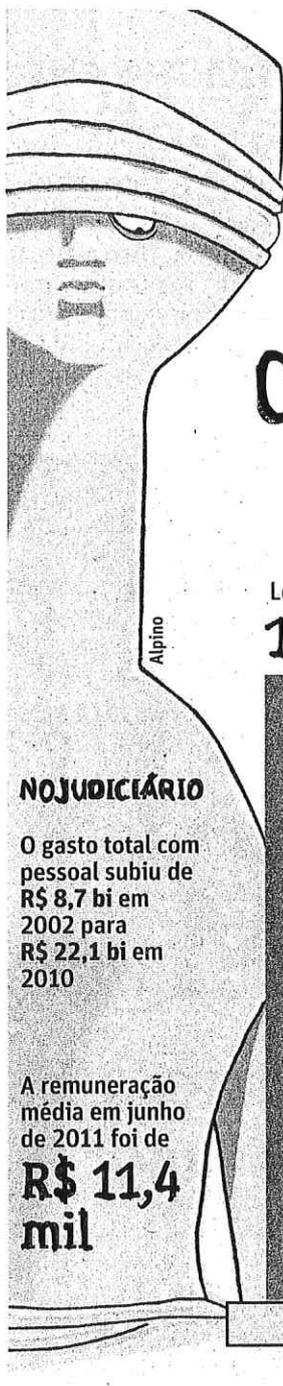
Em dezembro de 2010, deputados e senadores equipararam seus vencimentos à remuneração de ministro do Supremo. Ministros de Estado e presidente da República passaram a ganhar os R\$ 26,7 mil pagos a um magistrado.

O governo citou o risco de sacrificar gastos sociais para atender ao pleito do STF. Os R\$ 7,7 bilhões representam quase a metade de todo o gasto com o Bolsa Família em 2012 e praticamente a metade de investimento em infraestrutura logística programado para o ano que vem.

Colaborou FELIPE SELIGMAN, de Brasília

FOLHA DE S. PAULO

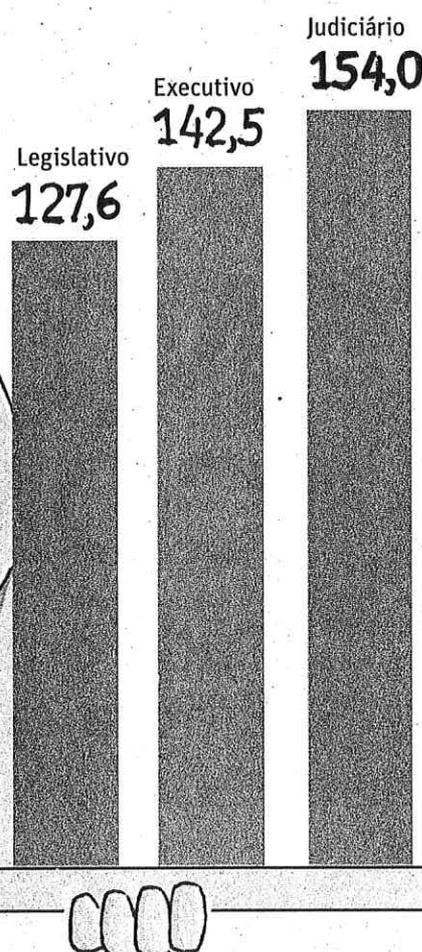
CONTINUAÇÃO



TAMANHO DA MÁQUINA PÚBLICA
Judiciário teve a maior alta no gasto com pessoal

Gasto total com pessoal
Variação 2002-2010, em %

06 SET 2011



NO JUDICIÁRIO

O gasto total com pessoal subiu de R\$ 8,7 bi em 2002 para R\$ 22,1 bi em 2010

A remuneração média em junho de 2011 foi de **R\$ 11,4 mil**

SERVIDORES CIVIS ATIVOS

	2002	2011	Variação em %
Legislativo	20.501	25.106	22,5
Executivo	492.418	582.555	18,3
Judiciário	81.716	121.587	48,8

Fontes: Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento, Câmara dos Deputados e Portal da Justiça Federal

Ministros consideram que reajuste é reposição

Aumento seria apenas uma compensação

Os ministros do Supremo argumentam que, ao propor reajuste ao Poder Judiciário, estão, na realidade, pedindo uma reposição de perdas.

O ministro do tribunal Marco Aurélio Mello afirmou ontem que a discussão girou em torno de uma “bandeira péssima”, mas que seria possível contemplar o pedido se o Executivo cortasse despesas.

“É preciso enxugar a máquina administrativa e não deixar que a arrecadação vá pelo ralo com administradores corruptos”, disse.

O presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil), Gabriel Wedy, disse à **Folha** que o aumento de gastos pelo Poder do Judiciário nos últimos anos é consequência da criação de novas vagas de juizes e servidores.

Segundo ele, o aumento de servidores e de gastos com pessoal no Judiciário é uma compensação de cerca de 20 anos de “estagnação”.

Em nota, a associação disse “refutar” argumentos da presidente Dilma Rousseff, contrária aos reajustes.

Segundo dados do STF, o mais alto cargo entre os servidores do tribunal, o analista judiciário, tem salário inicial de R\$ 6.551 e final de R\$ 10.436. A ideia seria nivelar a remuneração do servidor do Judiciário a de um gestor do Executivo, que recebe até R\$ 18.474. (FELIPE SELIGMAN)

FOLHA DE S. PAULO

Conflito entre Dilma e STF é normal 06 SET 2011

em uma democracia

Judiciário e Executivo têm o direito de opinar;
quem decide é o Congresso

JOAQUIM FALCÃO
ESPECIAL PARA A FOLHA

Quando o Judiciário propõe incluir no Orçamento de 2012 um aumento de 14,79% no salário dos juizes e serventuários, e o Executivo é contra, estamos diante de um conflito institucional ou apenas diante do funcionamento rotineiro da democracia?

No Estado Democrático de Direito o Judiciário tem direito de propor. Mas a presidente tem também o direito de opinar. Entre os dois, o Congresso decide. Se este roteiro constitucional for cumprido, quem tem a palavra final não é o Supremo. É o Congresso.

O que está em jogo nesta divergência? Uma questão de prioridades e de valores.

A presidente Dilma foi muito clara. O Brasil é como a casa de qualquer um de nós: não pode gastar em tudo que precisa. Em geral, a receita é menor do que as despesas.

Assim como uma família, o Brasil não pode fazer tudo: tem de escolher. Ela escolheu. Acredita que juizes e serventuários já são bem pagos. Entre aumentar o salário deles e gastar em educação, saúde e infraestrutura, prefere estas a aquele. O Judiciário diz que precisa de aumento para se ter uma Justiça melhor. A disputa é simples: é sobre eficiência e valores.



O JUDICIÁRIO
TEM DIREITO DE
PROPOR, E DILMA
TEM O DIREITO
DE OPINAR.
QUEM DECIDE É O
CONGRESSO

O brasileiro acredita que o Brasil terá uma Justiça melhor se aumentar os salários de juizes e procuradores? Será que a impunidade e a corrupção serão melhor combatidas com maiores salários?

Ou se terá uma educação e saúde melhores se aumentarem os investimentos em escolas e hospitais? Esta é a decisão que o Congresso terá de fazer. Tudo muito simples.

O Brasil já ganhou com essa discussão: a mídia, a opinião pública e os três Poderes discutindo o Orçamento.

Mas o Brasil é também uma família com muitas dívidas no cartão de crédito. Tem de pagar os juros da dívida, e tem de sustentar famílias que já produziram e não mais produzem: aposentados. O que era simples fica complexo.

O que você prefere? Aumentar os salários de Justiça, fazer investimentos em escolas e hospitais, pagar o banco ou reduzir as aposentadorias? Faça a sua escolha.

JOAQUIM FALCÃO é professor de direito constitucional da FGV Direito-Rio

06 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

MONICA BERGAMO

TV JUSTIÇA

A Fundação Padre Anchieta renovou por mais três meses o contrato com o Supremo Tribunal Federal para a produção de conteúdo da TV Justiça. A prorrogação foi feita a pedido do STF, que ainda não definiu o ganhador da licitação. A escolha está entre duas produtoras, segundo a assessoria do órgão: a LBV e a Fundação Renato Azeredo. Esta última leva o nome do pai do deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e foi inaugurada por ele quando era governador de Minas.

06 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

MONICA BERGAMO

OS 80 ANOS DE MALUF

Os netos do ex-governador Paulo Maluf, Carolina e Rodrigo, foram à Sala São Paulo no sábado comemorar os 80 anos do avô. A mulher dele, Sylvia, recebeu personalidades como o deputado federal Aldo Rebelo (PC do B-SP) ?

NÃO CONTE A NINGUÉM

O deputado Paulo Maluf (PP-SP), que sempre disse que doaria à Santa Casa o dinheiro que encontrassem em suas supostas contas no exterior (cuja existência nega), pediu que os convidados de sua festa de 80 anos contribuíssem com a instituição. Ele afirma ter feito sua parte, mas não conta quanto deu: "No meu catecismo estava escrito que o que a mão direita dá a esquerda não toma conhecimento".



Sylvia Maluf



Paulo Maluf e Aldo Rebelo



Carolina e Rodrigo Maluf

06 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Menino liga para PM e diz que mãe o deixou preso em casa

Em entrevista ao 'SPTV', ela negou que tenha abandonado o garoto de 11 anos

Uma ligação para o telefone 190 deu origem a uma investigação de abandono de três crianças em Itapeverica da Serra, na Grande São Paulo.

No sábado, um menino de 11 anos ligou para a polícia dizendo que ele e seus dois irmãos —um de 2 anos e outra de cinco meses— haviam sido abandonados pela mãe dentro de casa, sem comida.

Na gravação do telefonema, divulgada pela PM, o menino afirma que era comum ficar trancado em casa, alega sofrer maus-tratos da mãe, como queimaduras.

O menino diz que estava ligando de um celular que ele mantinha escondido e que a mãe sofria de depressão.

O pai das crianças trabalha em São Bernardo do Campo (Grande SP), e contou à polícia que desconhecia os maus-tratos. Os três irmãos foram entregues a ele, sob supervisão do Conselho Tutelar.

Os pais prestaram depoimento ontem e, acompanhados das crianças, foram ao Conselho Tutelar da cidade.

Em entrevista ao "SPTV", da Rede Globo, a mãe disse ter batido no menino pra corrigi-lo, mas nega tê-lo queimado. "Só fiz coisa normal de uma mãe", afirmou.

06 SET 2011

GAZETA DO POVO

CONSUMIDOR

Liminar proíbe ótica de fazer exame

O Procon do Paraná obteve na última sexta-feira uma liminar que determina que a rede de óticas Visomax, de Curitiba, cesse a prática de indicar aos consumidores um oftalmologista para a realização de exames em troca da aquisição de óculos. A estratégia da empresa foi denunciada pela **Gazeta do Povo** em reportagem publicada no dia 28 de junho. A liminar foi concedida pelo juiz Luiz Manasses Albuquerque Filho, da 7.ª Vara Cível. A empresa tem 15 dias, a partir da sua citação, para apresentar defesa.

A decisão atende o pedido do Procon na ação civil pública que o órgão move contra a Visomax por práticas que violam o Código do Consumidor, como a venda casada e o uso de métodos desleais e coercitivos. Conforme mostrado na reportagem da **Gazeta**, a consulta médica era oferecida por funcionários da ótica ao preço de R\$ 15. Os atendentes acompanhavam o cliente até uma clínica próxima e, após o exame, ofereciam desconto na venda dos óculos.

A coordenadora do Procon, Claudia Silvano, relata que o preço da consulta, muito abaixo do normal, "pode indicar que a prestação de serviço da clínica de oftalmologia não está revestida da qualidade que é esperada pelos consumidores".

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

06 SET 2011

Ouvidoria

O Tribunal de Justiça do Paraná inaugurou ontem a Ouvidoria-Geral, departamento responsável por receber denúncias e críticas da Justiça, além de tirar dúvidas da população. O órgão tem prazo de cinco dias úteis para responder qualquer manifestação. A criação deste tipo de serviço é uma exigência feita da Resolução 103 do Conselho Nacional de Justiça. A ouvidoria pode ser acionada pelo telefone (41) 3200-2084 ou no 10.º andar do TJ, na Praça Nossa Senhora da Salete s/n.º, no Centro Cívico em Curitiba.

06 SET 2011

GAZETA DO POVO

BESSA

Desembargando o ócio

O desembargador João Kopytowski está se despedindo do Judiciário. Ele completa 70 anos hoje e será aposentado compulsoriamente. Em agosto, Kopytowski recebeu homenagens quase que diariamente de seus pares do Tribunal de Justiça. No final do mês, o desembargador recebe o título de Cidadão Honorário do Paraná na Assembleia Legislativa por proposição do deputado Pedro Lupion (DEM).

06 SET 2011

GAZETA DO POVO

TRE faz plantão no feriado para recadastrar eleitores

■ A Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba, mantida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), vai atender o público normalmente durante o feriadão de Independência e em homenagem à padroeira de Curitiba. O eleitor que desejar fazer o recadastramento biométrico poderá ir na central amanhã e na quinta-feira. Até ontem já foram atendidos 480.535 eleitores curitibanos, o que corresponde a 37% do eleitorado da capital, composto de 1,31 milhão de pessoas.

O recadastramento é obrigatório para todos os eleitores de Curitiba — apenas os da capital, nas outras cidades paranaenses o cadastro biométrico ainda não está sendo feito.

O eleitor que não compare-

cer até janeiro do ano que vem terá o título cancelado e não poderá votar nas eleições municipais de 2012. O recadastramento biométrico permitirá o reconhecimento do eleitor por impressão digital e foto, dificultando as fraudes.

Regularização

Durante o recadastramento, o eleitor poderá regularizar possíveis pendências eleitorais, alterar local de votação e fazer retificações de seus dados. Os eleitores também podem evitar filas agendando o atendimento pela internet. Isso pode ser feito no site do TRE: www.tre-pr.jus.br.

SERVIÇO:

Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba.

Endereço: Rua João Parolin, nº 55, Prado Velho. Horário: 9 às 18 horas.

06 SET 2011

GAZETA DO POVO

Conselho de Ética da Câmara pede o afastamento de Derosso

Chico Marés

O Conselho de Ética da Câmara de Curitiba aprovou ontem o relatório que pede o afastamento do presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB), por até 90 dias. Mas ele não perderá suas funções legislativas imediatamente. O afastamento ainda terá de passar por mais uma comissão e ser votado pelo plenário da Casa, composto por todos os 38 vereadores, para ser referendado ou derrubado.

Foram três votos pelo afastamento e dois pela cassação. O relatório, de autoria do vereador Jorge Yamawaki (PSDB), pedia a perda temporária do mandato. Yamawaki argumentou que Derosso omitiu detalhes de seu relacionamento com sua mulher, a jornalista Cláudia Queiroz Guédes, proprietária da Oficina da Notícia, agência de publicidade que administrou R\$ 5,1 milhões da Câmara entre 2006 e o início deste ano e que está envolvida em denúncias de irregularidades.

Yamawaki, Valdemir Soares (PRB) e Zezinho do Sabará (PSB) votaram pelo afastamento temporário de Derosso. A vereadora Noêmia Rocha (PMDB) apresentou um voto em separado que pedia a cassação de Derosso. A surpresa foi o voto de Francisco Garcez (PSDB), presidente do Conselho e integrante do mesmo partido que Derosso, que votou com Noêmia. Prevaleceu, porém, o afastamento.

Suspensão do presidente da Casa de suas atividades, por até 90 dias, terá ainda de passar por mais uma comissão e pelo plenário para ser validada ou derrubada

“Minha consciência mandou [que eu votasse pelo afastamento]. O relatório [que pedia a cassação] foi muito mais completo que o do vereador Yamawaki”, disse Garcez. Para ele, o pedido de cassação de Derosso não o coloca contra sua própria legenda. “De forma alguma isso causa estranheza no partido. Se você for ver, recentemente o senador Alvaro Dias e o deputado Valdir Rossoni, que são do nosso partido, pediram o afastamento do presidente Derosso.”

Defesa

Agora, Garcez vai nomear hoje uma comissão de inquérito, com três vereadores do próprio Conselho de Ética, para preparar uma resolução que será remetida ao plenário. A partir da nomeação dessa comissão, Derosso terá sete dias para apresentar sua defesa. Depois disso, os vereadores terão um prazo indefinido para novas apurações e, quando estas terminarem, mais sete dias

para concluir a resolução. Na prática, o relatório deve sair em, no mínimo, 15 dias.

A comissão não tem o poder de alterar a punição já votada anteriormente. Ela pode apenas definir se cabe ou não a punição proposta. Como todos os vereadores do Conselho já se manifestaram por punir Derosso de alguma forma, é improvável que o afastamento seja derrubado na comissão — embora o plenário possa reverter esse entendimento.

Repercussão

O vereador Serginho do Posto (PSDB), vice-líder do prefeito na Câmara, elogiou o relatório de Yamawaki. “Ele fundamentou seu relatório com muita responsabilidade. Acredito que foi uma resposta para a sociedade”, comentou. Já o líder da oposição, Algaci Túlio (PMDB), achou o resultado insatisfatório. “A votação poderia ser diferente. Nós, na condição de oposição, ouvimos a sociedade, sentimos seu anseio e procuramos apresentar um parecer com muita profundidade, no voto realizado pela Noêmia”, comentou.

O relatório votado ontem se refere somente às suspeitas de irregularidades na contratação da empresa Oficina da Notícia, de propriedade da mulher de Derosso. Outras três representações contra ele ainda tramitam no Conselho de Ética.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

JUSTIÇA

06 SET 2011

Comissão processante não é votada, apesar de ordem judicial

O requerimento da vereadora Renata Bueno (PPS) pedindo o afastamento de João Cláudio Derosso (PSDB) da presidência da Câmara e a instalação de uma comissão processante (diferente de uma CPI) não foi votado na sessão de ontem. A vereadora tinha conseguido uma ordem judicial para que seu pedido fosse votado pelo plenário da Casa. Entretanto, o presidente em exercício da sessão, o vereador Sabiño Picolo (DEM), alegou não ter recebido a notificação judicial.

A assessora jurídica de Renata, Ana Paula Viana Barmann, contestou e disse que Picolo tinha conhecimento da liminar desde sexta-feira e que, portanto, desrespeitou a ordem judicial ao não colocar o assunto em votação. "Eles estão dizendo que não tinham ciência da decisão liminar. Essa é mais uma argumentação vazia, pois existe certidão no mandado de segurança certificando que eles se deram por intimados no processo", afirma.

"Até o momento, não recebemos notificação oficial. Nossa procuradoria jurídica nos orientou que temos que ser notificados", defendeu-se Picolo. "Não vou menosprezar e dizer que a advogada da vereadora



Ivonáido Alexandre/Gazeta do Povo

Picolo: "Não recebemos notificação oficial [da ordem judicial]".

está certa ou errada, mas tenho que seguir nossa procuradoria." O vereador garantiu que, assim que for notificado, o assunto deve entrar em pauta – desde que haja quórum.

Com isso, a votação deve ficar para hoje. Segundo Ana Paula, um oficial de justiça deve estar presente na sessão para notificar Picolo – ou Derosso, caso ele presida a sessão. Caso o assunto não entre em pauta, a assessora da vereadora disse que serão tomadas as medidas legais cabíveis contra a Mesa Executiva.

COMO VOTARAM

Veja como votaram os cinco membros titulares do Conselho de Ética a respeito da punição a Derosso:

Pelo afastamento

Jorge Yamawaki	(PSDB)
Valdemir Soares	(PRB)
Zezinho do Sabará	(PSB)

Pela cassação

Francisco Garcez	(PSDB)
Noêmia Rocha	(PMDB)

CONTINUA

Instalação da CPI fica na mão do investigado

A instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as irregularidades supostamente cometidas pelo presidente da Câmara de Curitiba, depende do próprio João Cláudio Derosso (PSDB) para sair do papel. Segundo o primeiro vice-presidente da Casa, o vereador Sabino Picolo (DEM), somente o presidente tem o poder de homologar as indicações dos partidos para compor a CPI. Entretanto, para a oposição, o presidente deve ser considerado impedido nessa questão.

Para Picolo, que presidiu a maioria das sessões desde a volta do recesso (incluindo a de ontem), o regimento é claro ao atribuir essa prerrogativa ao presidente. "É ele quem deve homologar as indicações das lideranças partidárias para a composição das comissões, conforme o artigo 33 do regimento [da Câmara]", disse o vereador.

Segundo o vice-presidente, o regimento não fala sobre impedimento quando o presidente é o próprio investigado. Logo, Picolo só poderia homologar os nomes caso o próprio Derosso se declarasse impedido voluntariamente. Além disso, não há nenhum prazo legal para que os nomes sejam homologados.

O vereador Pedro Paulo (PT) lembrou ontem que algo parecido já aconteceu na Câmara. Em uma das poucas sessões que presidiu neste semestre, Derosso se retirou da Mesa Executiva quando uma questão de ordem pedindo seu afastamento foi apresentada pela oposição.

INTEGRANTES

Conheça os vereadores indicados para a CPI do Derosso:

Emerson Prado	(PSDB)
Nely Almeida	(PSDB)
Paulo Frote	(PSDB)
Denílson Pires	(DEM)
Tito Zeglin	(PDT)
Zezinho do Sabará	(PSB)
Pedro Paulo	(PT)
Paulo Salamuni	(PV)
Zé Maria	(PPS)

"Por isso é que nós aconselhamos que ele se afaste da presidência, pelo menos para que essa decisão seja tomada. O ideal, entretanto, é que haja um afastamento por 90 dias, durante o processo da CPI", disse o petista. Caso Derosso não acate o conselho e retarde a CPI, os opositoristas devem entrar na Justiça para que a comissão seja instalada.

Nomes

Foi definido oficialmente ontem que a CPI será composta por nove vereadores. Na sessão da última quarta-feira, o vereador Algaci Túlio (PMDB) pediu que o número de membros fosse am-

pliado para 11, para que o PMDB e um partido pequeno (possivelmente o PSL) pudessem ter representação na comissão. Mas o pedido de Algaci foi rejeitado. A composição da CPI atende ao critério da proporcionalidade de vereadores na Casa e da votação das legendas última eleição municipal.

Dos vereadores indicados para a CPI, apenas dois têm feito oposição a Derosso: Pedro Paulo (PT) e Paulo Salamuni (PV). Os outros membros da CPI são Nely Almeida (PSDB), Paulo Frote (PSDB), Emerson Prado (PSDB), Denílson Pires (DEM), Zezinho do Sabará (PSB), Tito Zeglin (PDT) e Zé Maria (PPS). (CM)

Derosso: regimento interno manda que o presidente instale as CPIs.



Curitiba tem o mês mais violento do ano

06 SET 2011

Capital registrou 79 assassinatos em agosto – 52% a mais do que no mês anterior. Chacinas e brigas elevaram o número

de homicídios

Felippe Anibal e Diego Ribeiro

O mês passado levou Curitiba a atingir o seu pico de violência em 2011. A capital registrou 79 assassinatos (média de 2,6 por dia), 52% a mais do que em julho, segundo balanço da Delegacia de Homicídios. Em agosto, Curitiba registrou uma taxa de 54,1 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes, índice quase quatro vezes e meia maior que o considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Os números não levam em conta as lesões corporais seguidas de morte, confrontos com a polícia e latrocínios. Somando esses casos, a capital teve 90 mortes violentas em agosto e uma taxa de 61,6 óbitos para cada 100 mil habitantes.

Para o ex-secretário nacional de Segurança Pública coronel José Vicente da Silva, as estatísticas comprovam “uma ineficiência da gestão de segurança no Paraná”, cujo reflexo maior é sentido em Curitiba. O especialista avalia que há falhas graves, principalmente na prevenção ao crime.

“Quando você reduz [o número de homicídios], é porque você previne. Se não há redução, é porque está havendo erros no processo [de prevenção]”, afirma. O trabalho preventivo é de atribuição da Polícia Militar, mas, por meio de sua assessoria de imprensa, a corporação informou que só se mani-

festaria após avaliar os dados.

A delegada Maritza Haisi, chefe da Delegacia de Homicídios, diz que agosto teve duas particularidades que ajudam a entender a escalada das mortes. Uma delas são os homicídios múltiplos (quando mais de uma pessoa morre em um mesmo evento). Foram seis duplos homicídios e uma chacina (com quatro pessoas executadas). Outro aspecto são as brigas em saídas de casas noturnas, responsáveis por sete assassinatos. “Apesar do trabalho de investigação, isso não foi suficiente para fazer frente a esse aumento”, lamentou a delegada.

Para Vicente da Silva, esses fatores não são capazes de dar a medida exata do problema. Agosto superou meses como janeiro e fevereiro que, historicamente, registram mais homicídios por causa do calor e do maior consumo de bebida alcoólica. “A tendência deveria ser de queda em agosto.”

Mais do mesmo

O mapeamento revela que a maior parte dos homicídios ocorreu nas regiões leste e oeste da capital. Os bairros que concentraram o maior número de mortes no primeiro semestre deste ano também foram os mais violentos em agosto: a Cidade Industrial mais uma vez puxou a lista, com 14 homicídios. Em seguida vieram Uberaba (7), Sítio Cercado (6) e Cajuru (4).

De acordo com a Polícia Civil, quase a totalidade das mortes está relacionada ao tráfico de drogas, seja por acerto de contas com usuários ou por rixa entre grupos rivais. “É exceção quando a motivação não é uma dessas”, diz o delegado Jaime da Luz, responsável pela investigação de assassinatos nos bairros Uberaba e Cajuru.

A polícia revela que, nesses bairros, os crimes se concentram em áreas que compreendem poucas quadras. Segundo o delegado Cristiano Quintas dos Santos, que investiga casos na CIC, via de regra, os homicídios nesses bairros estão relacionados uns com os outros.

CONTINUA

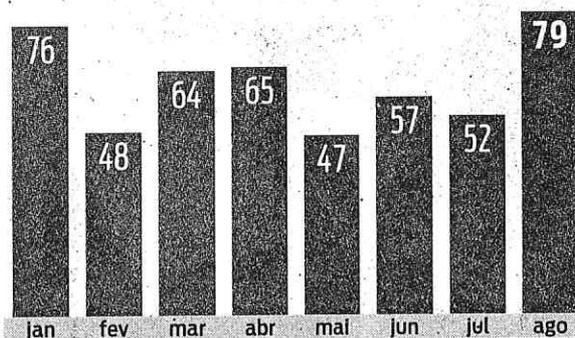
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

06 SET 2011

RECORDE DE HOMICÍDIOS

Acompanhe a evolução de assassinatos mês a mês em Curitiba:



Delegacia de Homicídios de Curitiba.

Os cinco bairros mais violentos



Infografia: Gazeta do Povo

7 homicídios aconteceram em saídas de casas noturnas

ÁREAS CRÍTICAS

Estatísticas determinam próximos passos da polícia

Apesar de alarmantes, as estatísticas de homicídios em Curitiba – bem como a de outros crimes – são importantes para determinar as próximas ações da polícia, afirma o ex-secretário nacional de Segurança Pública José Vicente da Silva. “É preciso analisar porque o que está sendo feito até agora não está surtindo efeito. É preciso que a polícia se debruce sobre os números para traçar uma radiografia mais clara da criminalidade”, avalia.

Os dados estatísticos já nortearam quatro grandes operações da

Delegacia de Homicídios neste ano. Uma dessas ações, no bairro Novo Mundo, terminou com a prisão de 11 pessoas e com a redução do índice de homicídios no bairro. “Por isso, a intenção é justamente aumentar este trabalho”, disse a delegada Maritza Haisi. Segundo ela, a delegacia prepara outras duas operações em bairros considerados críticos.

Falta de efetivo

A boa vontade da polícia, no entanto, esbarra na falta de pessoal e no acúmulo de inquéritos. A estima-

tiva é de que existam cerca de 4 mil homicídios ainda sem solução na Delegacia de Homicídios. Cada um dos quatro delegados operacionais recebe, em média, 15 novos casos por mês – ou um novo caso a cada dois dias. Nenhuma das autoridades comenta a falta de recursos, mas pelos corredores da delegacia é possível notar a falta de investigadores e escrivães. Um problema que só deve ser solucionado com a contratação de 2,2 mil policiais civis nos próximos três anos, conforme previsão do programa Paraná Seguro. (FA)

CONTINUA



Elineuza Maria da Conceição, 47 anos, perdeu a filha Leila, de 16 anos, em um acidente de trânsito em 29 de dezembro de 2008, em Maceió (AL). O motorista do carro estava embriagado e, há três anos, foi condenado a prestar serviços comunitários pela morte de duas jovens.

Vítima de uma
guerra urbana

06 SET 2011

TRAGÉDIA

"Estávamos de férias em Maceió porque a minha família mora lá. Leila estava na casa de uma amiga. A jovem, de 19 anos, convidou-a para sair com um amigo para comer um sanduíche. Na volta, o rapaz colidiu contra um ônibus parado. Além de estar trafegando de maneira irregular porque o carro era uma caminhonete e as duas jovens estavam sem cinto e sentadas na frente, ele estava embriagado. Recebi minha filha em um caixão no ano-novo. A outra menina também morreu."

FIM DA ALEGRIA

"Houve muitas mudanças e, entre elas, a alegria da família. Tudo antes era motivo de festa. Reuníamos os amigos para churrascos em casa. A Leila era a nossa

fotógrafa oficial. Era uma menina dinâmica – jogava vôlei – e sempre alegre. Até hoje, a churrasqueira não é mais usada. Sempre quem perde é a família da vítima. Nunca mais vamos voltar a Maceió, com certeza."

REVOLTA

"O sentimento que ficou depois do acidente é de impunidade. No nosso país não existe lei. Vemos o que acontece ao nosso redor e tudo fica por isso mesmo, principalmente quando os crimes dizem respeito a acidentes de trânsito. Ele foi um assassino e só o que queremos é justiça. Hoje, quando meus filhos saem de casa [um casal de 25 e 23 anos], fico apavorada. Porque não podemos viver em paz? Hoje, vivemos em uma guerra urbana."

"O sentimento que ficou depois do acidente é de impunidade. No nosso país não existe lei. Vemos o que acontece ao nosso redor e tudo fica por isso mesmo, principalmente quando os crimes dizem respeito a acidentes de trânsito."

GAZETA DO POVO

Líder do governo descarta dar reajuste ao Judiciário

06 SET 2011

Cândido Vaccarezza
acha impossível
Congresso aprovar o
aumento, que teria
impacto de
R\$ 7,7 bilhões

BRASÍLIA

Agência O Globo

■ O líder do governo na Câmara Federal, Cândido Vaccarezza (PT-SP), disse ontem considerar impossível o Congresso aprovar aumento salarial para o Judiciário e para o Ministério Público. O líder consolidou sua convicção depois de conversar, ontem também, com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Os reajustes pedidos tanto para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) como para os servidores do Poder Judiciário teriam impacto de R\$ 7,7 bilhões no orçamento da União de 2012, segundo a área econômica.

Apesar dos recados da própria presidente Dilma Rousseff — que em mensagem ao Congresso alertou que a aprovação dos aumentos resultaria em cortes de despesas na área social —, entidades de juízes e servidores do Judiciário prometem iniciar um lobby no Congresso para garantir a aprovação dos reajustes. O próprio Vaccarezza disse que já recebeu vários pedidos de audiência dessas entidades.

O reajuste dos servidores, responsável pela maior parte do impacto de R\$ 7,7 bilhões, é considerado inviável pela área econômica. No caso do reajuste para os ministros do STF, alguns parlamentares defendem que eles



Vaccarezza: entidades ligadas à Justiça tenta pressionar aprovação de reajuste.

ganhem somente a inflação de 2011, mas, por enquanto, o discurso do Planalto é de constranger o Judiciário e jogar a responsabilidade para o Legislativo.

O relator do orçamento, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse que não há dinheiro para os aumentos. Vaccarezza foi na mesma direção: “Não queremos fazer nenhum gasto que comprometa a administração do país. Nossa prioridade é investimento em saúde, educação, social. Não é possível dar um reajuste de mais de 50% para a uma categoria. Não tem condições”.

Sem qualquer novo aumento, os gastos com pessoal e encargos sociais no Poder Judiciário chegarão a R\$ 23,38 bilhões em 2012. O Supremo tem dois projetos pedindo reajuste dos subsídios dos seus ministros: um de 14,79% — parado na Câmara desde 2010 — e outro de 4,8%, protocolado na última quarta-feira, referente à inflação já estimada para 2011. Há ainda o projeto — também engavetado no Congresso — que prevê reajuste médio de 56% aos servidores.

MANIFESTAÇÃO

Juízes federais defendem aumento

SÃO PAULO

Folhapress

A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) criticou em nota a afirmação da presidente Dilma Rousseff de que o aumento nos salários do Judiciário pode prejudicar a execução de programas sociais. Segundo a entidade, a “premissa não está amparada em qualquer comprovante ou base fática”. A Ajufe ainda sugere que o governo combata a corrupção em vez de tentar cortar recursos da Justiça. Na última sexta-feira, Dilma criticou a proposta de aumento para juízes afirmando que ela gera “incertezas sobre a evolução da economia brasileira em um contexto internacional já adverso”. O reajuste salarial para o Judiciário pode custar R\$ 7,7 bilhões aos cofres públicos em 2012.

GAZETA DO POVO

06 SET 2011

GAZETA DO POVO

COLUNA DOS LEITORES

Aumento para o Judiciário 1

Como é incrível o que esse governo faz quando se sente ameaçado! A atual presidente da República conseguiu ligeirinho descobrir as origens para os recursos para esse atendimento. No entanto, o que é muito triste é que horas antes, a mesma presidente se livra da incumbência de conseguir outra fonte de recursos para a saúde.

Onadir Rui Scholz

Aumento para o Judiciário 2

Sou servidor público federal e acredito que para a população opinar sobre o reajuste ao Judiciário ela deve ter acesso completo às informações. O nosso último reajuste salarial ocorreu em 2006, esse projeto de lei reajustando os salários tramita desde 2009 e, se for aprovado, valerá apenas a partir de 2012. Ademais, esse projeto de lei visa tão-somente diminuir a diferença salarial dos servidores entre os poderes da República. Um servidor de nível superior do Poder Judiciário ganha hoje por volta de R\$ 5 mil, enquanto um servidor de mesmo nível nos poderes Executivo e Legislativo ganha em média R\$ 10 mil.

Alexandre Venâncio, analista judiciário federal

NOTA POLÍTICA

Nepotismo

O Ministério Público denunciou o prefeito de Castro, Moacyr Elias Fadel, o ex-chefe de gabinete Augusto Fanha Rosa e o procurador do município, Lourival Leite de Carvalho Filho, por nepotismo. Eles são acusados de terem contratado, sem licitação, a filha do então chefe de gabinete para prestar serviços de psicologia ao Detran da cidade. Por meio de um convênio assinado com

o Detran, a prefeitura deveria contratar um psicólogo para a realização de exames psicotécnicos. A psicóloga recebeu cerca de R\$ 82 mil em um ano de contrato. Fadel alega que na época a psicóloga era a única apta a trabalhar para o Detran.

ONDE FICA



06 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

Justiça determina quórum de 13 votos para abertura de CP

Com a decisão, Câmara terá
dificuldade para aprovar
investigação contra o
prefeito que é acusado de
improbidade administrativa

Ao dar sentença a mandado de segurança impetrado pela defesa do prefeito Barbosa Neto (PDT), o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Emil Gonçalves, determinou que a Câmara Municipal adote quórum de dois terços dos vereadores - 13 votos - para abrir Comissão Processante sobre irregularidades no curso de formação da Guarda Municipal.

Com a decisão, a Câmara deverá colocar em votação requerimento protocolado pelo vereador Joel Garcia no final do ano passado com objetivo de instaurar uma CP contra o prefeito. A votação do CP foi suspensa até que houvesse uma decisão de mérito de primeiro grau.

O procurador jurídico do Legislativo, Miguel Ângelo Garcia, estava em reunião ontem e não pôde falar com a FOLHA. Mas, o presidente da Câmara, Gerson Araújo (PSDB), afirmou que adotará a postura determinada pelo Judiciário, embora

ainda não tivesse recebido a decisão da Justiça. "Eu gostaria que o quórum fosse de 10 vereadores, mas o procurador é que dirá o que faremos", disse Araújo.

O juiz considerou inconstitucional o artigo 23 da Lei Orgânica do Município que prevê quórum de maioria absoluta, ou seja, votos de 10 dos 19 vereadores. A decisão do juiz, tal como opinou o promotor Eduardo de Mello Chagas Lima, se baseia no princípio da simetria, já que a Constituição Federal e a Estadual exigem quórum de dois terços para abertura de processo por infração político-administrativa (crime de responsabilidade) contra o presidente e o governador.

A Câmara argumentou que o quórum para abrir a CP contra o prefeito não precisava ser o mesmo previsto na Constituição uma vez que o processo de cassação de prefeito é regido pelo Decreto-lei 201/1967 e pela Lei Orgânica. Porém, o juiz, citando decisões sobre este tema no Tribunal de Justiça (TJ), entendeu que o caso é de

"aplicação do princípio constitucional da simetria, haja vista que a questão envolve não apenas regulamento interno da Câmara Municipal, mas o relacionamento entre os Poderes Legislativo e Executivo". Por se tratar de ação relativa ao poder público, o mandado de segurança será remetido ao TJ para um recurso chamado reexame necessário.

A principal irregularidade a ser apurada na CP, se for instaurada, é a responsabilidade do prefeito em irregularidades no contrato entre o município e empresa Delmondes & Dias. O serviço de treinamento foi ministrado pela Polícia Militar e somente 50 dias após o início das aulas é que o prefeito assinou o contrato com a empresa no valor de R\$ 303 mil. Somente R\$ 124 mil teriam sido utilizados para pagar os instrutores.

Uma Comissão Especial de Inquérito, na Câmara, apurou as irregularidades e o Ministério Público, que também investigou os fatos, denunciou Barbosa por improbidade administrativa.

FOLHA DE LONDRINA

OAB critica proposta para regular meios de comunicação

São Paulo - O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, criticou a proposta do PT para que o Congresso aprove um projeto que regule os meios de comunicação. Segundo o advogado, a ideia do PT assusta porque pode representar uma forma de censura.

“A partir do momento em que se coloca alguns tipos de restrições, como quer o PT, à imprensa, à sua concepção e ao poder de formulação e de questionamento de cada jornalista, é algo que representa uma restrição à determinação constitucional de que a imprensa é livre neste país”, afirmou.

Para Cavalcante, a legislação brasileira já prevê punições contra aqueles que cometem crimes na imprensa. “O que não se pode é, previamente, estabelecer políticas sobre como dever ser pautada a imprensa brasileira. Isso é censura; isso, efetivamente, é negar esse valor fundamental da democracia que é a liberdade plena de imprensa”, disse.

O presidente da OAB afirmou que a entidade irá participar ativamente do debate caso o PT apresente a proposta. “Estamos vendo países aqui na América do Sul e em alguns lugares do mundo em que há restrições à liberdade de imprensa. São países que, infelizmente, não preservam esse bem maior para a democracia que é a liberdade de imprensa.” No domingo, durante congresso do partido, o presidente do PT, Rui Falcão, disse que a sigla fará uma “campanha forte” para pressionar o Congresso a aprovar um projeto que regule os meios de comunicação.

06 SET 2011

06 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

Censura à imprensa

E preocupante o posicionamento do Partido dos Trabalhadores (PT) com relação ao marco regulatório das comunicações. Durante o 4º Congresso Nacional da legenda, realizado nesse final de semana em Brasília, os militantes aprovaram a moção que recomenda uma "campanha forte" no Congresso para a votação do marco que, entre outros itens, pretende estabelecer regras para a mídia. O marco regulatório é um projeto elaborado no governo Luiz Inácio Lula da Silva, pelo ex-ministro Franklin Martins, mas que está sendo revisado pelo atual ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Segundo o documento, o objetivo é garantir "liberdade de imprensa, direito à opinião, nenhum tipo de censura de conteúdo, mas democratizar a comunicação no país, (...) que se possa regulamentar os artigos da Constituição que falam sobre a propriedade cruzada de meios (de comunicação)". A expressão "propriedade cruzada" é usada para definir a posse por grupos de mídia de mais

um tipo de meio de comunicação: rádio, TV ou jornal.

Embora o partido afirme não querer interferir no conteúdo dos veículos de comunicação, na prática este não é o resultado e pode sim ser traduzido em tentativa de censura. Há muito circulam

notícias em toda a imprensa, sobre a vontade do PT de controlar o conteúdo divulgado na mídia. A liberdade de imprensa é um direito garantido pela Constituição Federal e um dos princípios básicos da democracia. Não se pode impor restrições aos meios de comunicação de massa e ao poder de questionamento dos jornalistas. Sem uma imprensa livre e forte, a sociedade fica à mercê de administrações corruptas e populistas.

É bom que se fique claro que não são necessárias novas regras ao livre exercício da profissão. A própria legislação brasileira já prevê punição aos profissionais que infringirem a lei de imprensa. Os jornalistas não estão sob a proteção cega da lei. É princípio básico da profissão ética e responsabilidade.

**“ Não se pode
impor restrições
aos meios de
comunicação de
massa e ao poder
de questionamento
dos jornalistas ”**

06 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

LUÍZ MÁRCIO VICTOR ALVES PEREIRA

A resistente praga eleitoral do caixa 2

É uma vã expectativa a ideia de que o desprezível caixa 2 seria eliminado pelo financiamento público das campanhas eleitorais, previsto no projeto de reforma política em moroso trâmite no Congresso Nacional. Afinal, boa parte dos políticos brasileiros, mesmo que não externem publicamente, parece compactuar com a opinião expressa pelo ex-ministro José Dirceu: "Mensalão para mim não é corrupção, é financiamento de campanha com caixa 2".

Para se entender melhor a questão, também é importante lembrar que o Sistema Eleitoral vigente prevê o financiamento misto das campanhas: doações de pessoas físicas e jurídicas; e recursos próprios dos postulantes, incluindo eventos para arrecadação de fundos. Ademais, as legendas e candidatos já contam com financiamento público, por intermédio do Fundo Partidário, cujos recursos são constituídos por lei e dotação específica no orçamento anual da União. Além disso, existe a propaganda gratuita no rádio e na TV, mediante compensação fiscal ao tempo utilizado pela Justiça Eleitoral.

A reforma em curso no Legislativo objetiva a exclusão total de recursos de origem privada. O texto apresentado pela Comissão de Reforma Política trabalha com o valor de R\$ 7 por eleitor. Considerando o total de 135 milhões de brasileiros hoje aptos ao voto, a verba pública para o financiamento das campanhas alcançaria R\$ 945 milhões. O montante seria distribuído entre os partidos proporcionalmente à sua representatividade na Câmara Federal, sendo, ainda, uma pequena parte alocada igualmente entre todas as agremiações.

Contudo, é inusitado, para não dizer irônico, que o projeto de lei seja absolutamente omisso

quanto à melhoria da estrutura para que a Justiça Eleitoral pudesse fiscalizar de modo mais eficaz o emprego do dinheiro.

Refiro-me, por exemplo, a quadro qualificado de contadores, economistas e advogados. Não se pode continuar improvisando a cada eleição, quando juízes e tribunais eleitorais são obrigados a requisitar servidores e veículos de outros órgãos.

Além disso, a compulsória prestação de contas de campanha não intimida partidos e políticos e é vista como algo que não impede irregularidades. Isso ocorre porque, com a Lei 12.034/09, que mitigou a rigidez com a qual o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tratava a matéria,

somente o candidato que deixar de prestar contas estará impedido de obter a quitação eleitoral, necessária para candidaturas futuras. Os que fizerem isso e tiverem a contabilidade rejeitada não perdem automaticamente o cargo ou o direito à disputa de novas eleições. Para isso, seriam necessárias ações, via Ministério Público Eleitoral. Entretanto, os prazos para seu ajuizamento são muito exíguos.

Nesse cenário, é oportuno lembrar o fato de, no final da legislatura passada, as agremiações com representatividade no Congresso Nacional terem aprovado repasse adicional de R\$ 100 milhões ao Fundo Partidário, para saldar dívidas da campanha de 2010. Como se vê, o problema não está na origem dos recursos. Impõem-se, sim, melhor fiscalização e a automática punição dos transgressores.

LUÍZ MÁRCIO VICTOR ALVES PEREIRA

é juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

O problema não está na origem dos recursos. Impõem-se, sim, melhor fiscalização e a automática punição dos transgressores

06 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

CARTA

Mãe esfaqueia filha de 12 anos

Curitiba - Uma mãe, supostamente com distúrbios mentais, investiu contra as duas filhas, na noite de domingo, em Mandirituba, na Região Metropolitana de Curitiba. A mais velha, de 12 anos, levou 15 facadas. A mais nova, de seis, conseguiu fugir e pediu socorro aos vizinhos. A garota agredida foi internada no Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Rocio, em Campo Largo, onde foi submetida a uma cirurgia e ontem recuperava-se bem, sem risco de morte.

De acordo com o delegado Erik Wermelinger Busetti, de Fazenda Rio Grande, a mãe já tinha sido internada por problemas mentais e tomava medicamentos. Vizinhos acreditam que ela tenha parado de tomar os remédios e teve um surto. A mulher foi autuada em flagrante por tentativa de homicídio e será encaminhada à Justiça, que deve analisar seu estado mental e definir a penalidade. A menina de seis anos foi encaminhada ao Conselho Tutelar de Fazenda Rio Grande, que está acompanhando o caso.

Será o fim?

Protegidos pelas leis que o Legislativo cria e o Judiciário defende, os viciados em drogas alimentam livremente traficantes e quadrilhas. Alguns roubam e matam sob a alegação de que é para alimentar o vício. Os menores são mão de obra especializada dos bandidos, pois não podem ser presos. Criminosos são soltos por que seus crimes transitaram em julgado. Outros com fichas-sujas são liberados por indultos e colocados em regime semiaberto, mas nunca mais voltam e retornam ao mundo do crime. Já os cidadãos de bem foram forçados a entregar suas armas ou impossibilitados de comprar. E isso não diminuiu ou acabou com a entrada de armas no mundo do crime. Pelo que se percebe nos noticiários, comprar uma arma ilegal é a coisa mais simples do mundo e barata também. O governo que deveria dar segurança, prender e manter presos os bandidos cobra seus impostos do comerciante lesado pelo roubo e ainda divulga que não deve haver reação. Os políticos não governam e roubam. Tudo isso acontece e a população de bem tem que ficar apenas olhando, sem reagir. Cometer apenas um crime tendo endereço fixo, emprego e bons antecedentes não leva ninguém para a cadeia em nosso país. Vamos pensar seriamente nisso?

PAULO MAURICIO ACQUAROLE
(gerente de negócios) - Londrina

CLÁUDIO HUMBERTO

Pontapé

A ação direta de inconstitucionalidade da OAB contra o financiamento privado nas campanhas é "uma provocação ao Congresso", diz Ophir Cavalcante, presidente da entidade, que quer o fim do toma-lá-dá-cá.

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA 06 SET 2011

A decisão óbvia

Se o voto do relator pelo afastamento de João Cláudio Derosso já surpreendera dá para entender que o apoio à tese por três votos a dois na Comissão Ética dá mais ou menos o que pensa a opinião pública. Resta saber como reagirá o grupo ao recurso do presidente da Câmara. Isso pode dar a impressão que de repente estamos nos descondicionando de um sistema de poder viciado e centrado num acordo conveniente aos traficantes de influência e donos de tudo.

Só uma decisão longe do fogo de lenha de preparar pizza atenderia o desejado pela parte ainda não comprometida da sociedade e agora é esperar que a prensa midiática prossiga na mesma intensidade e acabe diluindo os focos de resistência que tentam se armar para a decisão final. Relevante o fato de a própria Câmara, em instância apropriada, estar reagindo porque isso dá força ao Ministério Público que como área externa tem tudo para dar a solução.

Inimaginável um Aníbal Curi julgado pela Assembleia, da mesma forma um homem forte como Derosso condenado pelos camaristas. No caso do legislativo estadual já deu para chegar no Nelson Justus e Alexandre Curi, herdeiros diretos da dinastia imperial e deles foi possível enquadrar o Bibinho e seus aliados que agora o apontam como único e exclusivo culpado. Mas o presidente Rossoni estava nessa época na primeira e segunda secretarias da Casa. Nada a ver com todos aqueles atos ligados a gafanhotos e fantasmas ou tenta ungi-se como justo para passar à história como um restaurador.

Rolo

Como não há prazo para transformar em projeto decisório o entendimento da Comissão Ética vão tentar "enrolar". Ainda há tempo para uma decisão voluntária, espontânea própria, de João Cláudio Derosso. Se o fizer agir com alguma medida de humildade e distante da soberba.

TRIBUNA DO PARANÁ

Punição 06 SET 2011

Vereadores seguem relator, que propõe suspensão de Derosso por 90 dias por "conduta contrária à ética"

Relatório aprovado

Roger Pereira

Por 3 votos a 2, o Conselho de Ética aprovou, na manhã de ontem, o relatório do vereador Jorge Yamawaki (PSDB) que pede a suspensão por até 90 dias do vereador João Cláudio Derosso (PSDB), presidente da Casa, por "conduta contrária à ética" no processo que analisou o caso dos contratos de publicidade da Câmara com a agência Oficina de Notícias, de propriedade da mulher de Derosso, Cláudia Queiroz Guedes.

Os vereadores Valdemir Soares (PRB) e Noêmia Rocha (PMDB), que pediram vistas, votaram em separado. Enquanto Soares, com fundamentações diferentes (disse que Derosso foi negligente ao, mesmo sabendo, permitir a participação de uma funcionária na licitação), votou pela mesma punição requerida pelo relator, Noêmia citou quatro pontos - condição de Cláudia como servidora da Casa durante a licitação; ausência de um gestor dos contratos, desconformidade entre edital e contratos (questão do prazo estendido de 12 para 24 meses) e relacionamento entre Cláudia e Derosso na época



Aprovado por 3 votos a 2 no conselho.

dos aditivos contratuais para votar pela cassação de Derosso. Noêmia lembrou que Derosso era proprietário do imóvel onde funcionava a Oficina de Notícias e foi o presidente da Câmara que definiu os valores dos contratos, sem nenhum comparativo.

Infração

A punição a Derosso não será aplicada por ter contratado a empresa da funcionária da Casa, o que infringiria a Lei de Licitações, nem por assinar sucessivos aditivos com a empresa, mesmo depois de já ter relacionamento com a proprietária, e nem por eventual mal uso dos recursos públicos. Yamawaki votou pela "perda temporária de manda-

to por até 90 dias" por Derosso ter omitido da comissão, em seu depoimento, sua relação com Cláudia Queiroz.

"Não foi possível comprovar documentalmente a existência de relação matrimonial ou união instável. O presidente também não confirmou a relação em seu depoimento. Mas há fortes indícios e registros em veículos de comunicação e o próprio acusado deixou entender em seu depoimento", disse o relator. "Assim, o vereador teve conduta contrária à ética, ao omitir intencionalmente informação relevante. O que demanda medida disciplinar de perda temporária do exercício do mandato por, no máximo, 90 dias", concluiu.

06 SET 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

TRE abre no feriadão

A Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba, localizada na Rua João Parolin, 55, no Prado Velho, funcionará no feriadão de amanhã, e quinta-feira, das 8h30 às 18h30. Todos os eleitores de Curitiba deverão ser recadastrados pelo sistema biométrico, que identifica a pessoa pelas das impressões digitais.

O comparecimento é obrigatório. O eleitor que não comparecer terá o título cancelado. A maneira mais prática é o eleitor agendar o atendimento através do site do TRE, no endereço www.tre-pr.jus.br. Desta forma podem ser evitadas filas.

Pendências

No recadastramento o eleitor poderá regularizar possíveis pendências, alterar local de votação e fazer retificações. O TRE-PR oferece estacionamento gratuito aos eleitores.

Ótica

Liminar concedida pelo juiz Luiz Manasses Albuquerque Filho, da 7.^a Vara Cível, determinou que a Visomax (Panótica Ótica Ltda) abstenha-se de continuar indicando a seus consumidores um profissional de oftalmologia para a realização de exames em troca de desconto na compra de óculos. A empresa tem 15 dias, a partir da sua citação, para apresentar defesa.

06 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Advogados se unem contra 'PEC do Peluso'

Entidades de advocacia enviam documento ao Senado para tentar barrar proposta encampada pelo presidente do STF que pretende agilizar ações

As três mais influentes entidades da advocacia em São Paulo enviaram manifesto ontem à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e ao bloco de apoio ao governo no Senado contra a PEC dos Recursos – proposta de emenda à Constituição 15/2011 – a quem atribuem “flagrante afronta ao Estado de direito”.

O documento, subscrito pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP), aponta “equivoco” da PEC idealizada pelo ministro Cezar Peluso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

O protesto, que também chegou às mãos do relator da proposta, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), é a mais dura ofensiva da advocacia contra a PEC que promete cortar caminho para dar eficácia à sentença judicial. A PEC 15, também conhecida como “PEC do Peluso”, prevê imediata execução das decisões da toga a partir de julgamento pela segunda instância – Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais. Garante redução do número de recursos aos tribunais superiores (STF e Superior Tribunal de Justiça).

Ela foi anunciada em março por Peluso como contribuição do poder que dirige ao III Pacto Republicano. “Uma causa que pode ser julgada em 20 anos, passaria a ser julgada em cinco. Isso é significativo? Isso representa uma resposta, sobretudo à segurança e à expectativa jurídica da sociedade, ou não?”, argumentou o ministro, na ocasião.

No Legislativo, quem acolheu a ideia foi o senador Ricardo Fer-

raço (PMDB-ES), autor da PEC.

O manifesto é resultado de uma aliança das três casas tradicionais da advocacia paulista. Em maio, a OAB, o IASP e a AASP formaram comissão multi-institucional para avaliar a PEC que trata dos recursos extraordinário e especial em ações rescisórias. A comissão é formada pelos advogados José Rogério Cruz e

Tucci (AASP), Marcos da Costa (OAB) e Hélio Rubens Batista Ribeiro Costa (IASP). Eles redigiram parecer levado à discussão e aprovado pelas três instituições. “Ao contrário do que afirmam defensores da proposta, a advocacia trava constante luta contra a falta de celeridade dos processos”, assinala o texto. “Não há preocupação corporativa.”

Os advogados sustentam que a PEC 15 “traz graves inconvenientes para a ordem jurídica nacional”. O parecer da comissão alerta para “severa limitação da garantia constitucional da presunção de inocência e alteração substancial do conceito clássico e universal de coisa julgada”.

As entidades citam pesquisa da Escola de Direito da FGV, segundo a qual o poder público é, de longe, o maior usuário dos tribunais, figurando como parte em 90% de todos os processos. “A expressiva transformação do ordenamento jurídico pátrio, na hipótese de ser aprovada a polêmica PEC, importa enorme retrocesso e verdadeiro golpe às garantias do processo”, alertam os presidentes da OAB, Luiz Flávio Borges D’Urso, da AASP, Arystóbulo de Oliveira Freitas, e do IASP, Ivette Senise Ferreira.

● Protesto

MANIFESTO À CCJ

TRECHO DO DOCUMENTO

‘Traz severa limitação da garantia constitucional da presunção de inocência e alteração do conceito clássico e universal de coisa julgada’.

06 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Para Cardozo, rusga com juízes está superada

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, definiu ontem como “uma página virada” o episódio sobre a inclusão de reajuste para o Judiciário na proposta orçamentária de 2012. Ao sair da cerimônia de posse de dois novos integrantes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Cardozo declarou que não vê “absolutamente nenhum” risco de problemas entre os dois Poderes por causa disso: “Houve um diálogo normal entre Judiciário e Executivo. Isso é página virada, continuamos com um excelente diálogo”.

Na semana passada, ao enviar a proposta orçamentária de 2012 ao Congresso, o governo não incluiu nada sobre o reajuste para os magistrados, previsto na proposta preparada pelo Judiciário. Depois, teve de enviar adendo para incluir esse reajuste – cujo valor, no entanto, dependerá de decisão do Planalto.

O ministro da Justiça foi questionado também, sobre a escolha de substituto para Ellen Gracie, no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo ele, a presidente Dilma Rousseff está fazendo “de forma cuidadosa e criteriosa” uma avaliação dos nomes. “Num curto espaço de tempo, uma decisão será tomada”, afirmou. Mas não quis comentar a possibilidade de ser uma mulher: “Vamos aguardar”, disse.

06 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Aposentadorias atrasadas

Num regime democrático, órgãos públicos tratam com respeito e consideração os cidadãos, que, afinal, pagam impostos para sustentar a estrutura dos Três Poderes da República. No Brasil, contudo, os contribuintes, principalmente quando se trata de recebimento de indenizações por desapropriações ou por infração a direitos adquiridos; se deparam com obstáculos burocráticos que exigem intermináveis demandas judiciais para reconhecimento do que lhes é devido.

Em setembro do ano passado, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu como legítimos os direitos de revisão dos valores mensais pagos a 124 mil aposentados e pensionistas prejudicados pelas emendas 10/1998 e 41/2003, que alteraram o teto de aposentadoria, em levar em conta os direitos daqueles que contribuíram com a cota máxima anteriormente estabelecida e que prevalecia entre abril de 2008 e dezembro de 2003. Eles também deveriam ser reembolsados pelos atrasados, segundo o STF. Só que, para obter essa reparação, cada aposentado ou pensionista deveria entrar com ação na Justiça, apesar de o processo julgado pelo STF ser considerado de “repercussão geral”.

Na época, o governo prometeu fazer espontaneamente o reajuste para todos os prejudicados e pagar os valores em atraso. Como 2010 foi um ano

eleitoral, esperava-se que isso acontecesse logo, mas tudo ficou na promessa. Somente agora o Ministério da Previdência Social tomou medidas para reparar as perdas dos aposentados.

O INSS já está enviando cartas àqueles aposentados e pensionistas, avisando que, a partir de setembro, receberão seus proventos reajustados. Quanto aos atrasados, foram fixadas quatro datas para pagamento; entre outubro deste ano (para quem tem R\$ 6 mil a receber) até janeiro de 2013 (para ressarcimento de quantias acima de R\$ 19 mil).

Prejuízos a aposentados poderão começar a ser corrigidos a partir deste mês, segundo o INSS

A Previdência fez a coisa certa. Milhares de ações perderão sentido, contribuindo para desafogar a Justiça. É evidente que aqueles aposentados que não concordarem em receber os atrasados em prazos relativamente dilatados poderão recorrer à Justiça e, eventualmente, receber o que lhes é devido antes das datas fixadas. Contudo, como sempre cabe recurso – e o INSS não deve descartar essa possibilidade – dificilmente os autores das ações receberão antes do prazo, dada a lentidão da Justiça brasileira. Acresce que, como as ações devem ser ajuizadas até cinco anos depois da decisão do STF, muitos desistirão de reivindicar seus direitos na Justiça, para não falar daqueles

que nem mesmo estão informados sobre essa possibilidade.

O espaçamento dos prazos pela Previdência Social para acertar as contas dos atrasados é justificável, uma vez que o valor de um desembolso único seria muito elevado. Embora o déficit da Previdência venha sendo reduzido, em razão do aumento do volume de contribuições de novos trabalhadores registrados em carteira, ele ainda é muito elevado, tendo alcançado R\$ 21,86 bilhões de janeiro a julho deste ano. Além disso, como o pagamento extra mensal junto com o atrasado beneficia uma parcela considerável de aposentados, o dinheiro tenderia a ir para o consumo, ainda muito aquecido.

Há quem diga que o governo, com a recente medida do INSS, quis dar uma “compensação” aos inativos depois do veto da presidente Dilma Rousseff ao dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) que previa aumento real em 2012 para os aposentados que percebem mais de um salário mínimo por mês.

Pode ser, mas o mais importante a ressaltar nesse caso é a força do exemplo. Há várias outras questões relativas a aposentadorias em exame pelo STF, como a questão das reaposentadorias, etc. O que se espera é que o governo considere como jurisprudência consolidada qualquer decisão que seja tomada por aquela Corte, aceitando e implementando imediatamente o que lhe couber, evitando assim que milhares de ações individuais sejam impetradas na Justiça Federal.

06 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Menino liga para o 190 ao ser deixado pela mãe

Garoto disse que apanhou e ficou preso sem comida com os irmãos menores; 'Fiz coisa normal de mãe', diz acusada, que negou maus-tratos

Elvis Pereira

Um menino de 12 anos chamou a polícia, após ser deixado só em casa com os irmãos, um menino de 2 anos e um bebê de 5 meses. O caso ocorreu no sábado em Itapeverica da Serra, na Grande São Paulo.

O garoto ligou para o telefone 190 e disse que a mãe havia batido nele, saído de casa e trancado a porta. O menino estava aflito porque a irmã mais nova tinha fome e não havia leite. O pai das crianças também havia saído para trabalhar.

Dois policiais seguiram para a casa da família, no bairro Jardim Jacira. A porta do imóvel estava fechada. "Chamamos o menino e ele respondeu que estava trancado", afirmou o cabo Luis Anto-

nio Pires. Os PMs arrombaram a porta e encontraram a menina de 5 meses em um carrinho de bebê. "Ela estava com a roupa suja com fezes e urina", acrescentou o policial. O Conselho Tutelar acompanhou a ação.

Segundo Pires, o garoto relatou que a mãe, Helena Alves Ferreira, de 37 anos, costuma deixá-los em casa sozinhos. Além disso, o agredia e teria jogado água quente em sua barriga.

Guarda. As crianças foram levadas para a delegacia de Itapeverica onde, mais tarde, apareceram os pais. A mãe foi autuada por abandono de incapaz, maus-tratos e violência doméstica. Os meninos foram entregues ao pai, Edilson, de 37 anos.

Ontem, os pais depuseram no-

vamente e à tarde foram para o Fórum do município - onde o juiz determinaria a guarda. Na saída da delegacia, Helena, com um dos filhos no colo, negou à imprensa que tivesse abandonado as crianças. "Eu bati nele, sim, para corrigir. Não queimei ele, não. Fiz coisa normal de mãe."

Um conselheiro tutelar afirmou à Rede Globo que não havia indícios de que as crianças eram maltratadas e um dos motivos que teria levado o garoto de 12 anos a ligar para a polícia é porque foi proibido pela mãe de jogar videogame. Segundo ele, Helena faz faculdade de Pedagogia e trabalha nos fins de semana, das 11h às 15h. O pai é quem deveria ficar com as crianças no sábado. Mas o filho ligou para o 190 antes da chegada dele.

DIÁLOGO

Atendente do 190: Emergência, bom dia.

Menino: Bom dia, moço. É que a minha mãe me deixou aqui preso com meus irmãos, quase sempre ela faz isso. Aí a minha irmã está sem leite. Tá sem alimento. O que eu poderia fazer?

Atendente: Você tem quantos anos?

Menino: 12

Atendente: E a sua irmã está com quantos anos?

Menino: A minha irmã tem 5

meses.

Atendente: Há?

Menino: Tem 5 meses.

Atendente: Está com ela?

Menino: Sim, preso.

06 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

JUSTIÇA

Maurício Mattar terá de indenizar motoboy

O ator Maurício Mattar foi condenado pela Justiça de São Paulo a pagar R\$ 13 mil de indenização ao motoboy Rodrigo Antônio Martins de Matos. A sentença foi determinada pelo juiz Gustavo Dall'Olio. O ator atropelou o rapaz no dia 1.º de maio de 1999 e ainda o agrediu com socos. O atropelamento aconteceu na Avenida Juscelino Kubitschek. Segundo testemunhas, Mattar dirigia uma picape quando atropelou o motoboy. Após o acidente, o ator teria descido do carro e agredido Matos com socos e chutes.

SONIA RACY

Exagerados?

A Defensoria está às voltas com fianças abusivas praticadas especialmente depois das mudanças no Código Penal.

Recentemente, um jovem sem passagem pela polícia foi flagrado com moto roubada. O delegado de plantão no 72º DP definiu um salário mínimo para sua soltura. Depois de pedido de liberdade provisória solicitado pelos defensores **Gislaine Calixto, Geraldo Sanches e Fernanda Hueso**, o juiz reviu a fiança. E estabeleceu R\$ 6 mil.

06 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

Campanha institucional de valorização dos juízes

O Tribunal de Justiça e a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) vão lançar uma campanha institucional de valorização dos juízes. A campanha foi criada gratuitamente pela agência Heads, de Curitiba, com peças para outdoor, mobiliário urbano, busdoor, revista, jornal, TV rádio, folders e cartazes. "Como não temos verba para publicidade, precisaremos do apoio dos meios de comunicação para a veiculação da campanha, que valoriza e dignifica os juízes", afirma o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfoury Neto. A campanha "Quem Garante Nossa Cidadania Merece Respeito" deve ser lançada em outubro. Até lá o presidente do Tribunal de Justiça e da Amapar, Gil Guerra, vão visitar diretores dos veículos de comunicação para obter apoio na divulgação. "Enfim teremos essa campanha de valorização dos magistrados paranaenses, a custo zero, com criação do publicitário Cláudio Loureiro. Essa campanha lava a alma de todos nós e restaura o ânimo dos juízes", diz Gil Guerra.

Homenagem

O desembargador João Kopytowski foi homenageado na quinta-feira (1/9) antes de sua última participação nos julgamentos da 2ª Câmara Criminal. Ele se aposenta no dia 6 de setembro - antes disso, participa da sessão do Órgão Especial de sexta-feira (2). "Em nome do Tribunal de Justiça agradeço a Vossa Excelência pelo muito que fez pela magistratura, como juiz, estudioso, sábio e preparado, independente sem ser arrogante, humilde sem ser subserviente. O desembargador Kopytowski deixa um exemplo para a nova geração de juízes", disse o presidente em exercício do Tribunal, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação. "Levo comigo a honra de ter sido juiz do Paraná por quase 42 anos. Minha carreira começou em outubro de 1969. Agora que passo a uma nova fase, aproveitarei para escrever um livro sobre minha vida e carreira. Tive amigos maravilhosos e inimigos poderosos. Pude superar as dificuldades com esforço e dignidade", afirmou o desembargador João Kopytowski.

Prêmio Conip

O Tribunal de Justiça do Paraná recebeu na segunda-feira (29) em São Paulo o prêmio Conip de Excelência na categoria Judiciário, conferido pelo Instituto de Estudos de Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Itip). O trabalho vencedor é "Ferramenta para Cálculo de Execução Penal e Emissão de Atestado de Pena", desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJ. A avaliação dos trabalhos foi realizada pelo Conselho do Itip e por representantes de órgãos públicos, que avaliaram dados relevantes como a abrangência e utilidade pública do trabalho, além do desempenho da aplicação. O trabalho do TJPR foi elaborado pelos analistas de sistemas Wagner Paulo Martins (coordenador da equipe), João Paulo Ribeiro do Nascimento e Pablo Damasceno Rattes, do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, com a participação da técnica judiciária Déborah Mesadri. A "Ferramenta para Cálculo de Execução de Penas e Emissão de Atestado de Pena" também foi recentemente escolhida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como melhor sistema de cálculo de pena, com a recomendação de que ela se torne padrão nacional. A ferramenta é um formulário on-line que calcula o tempo restante para o condenado adquirir o direito aos benefícios de progressão de regime e livramento condicional, bem como para o término da pena. Baseia-se em regras e informações fornecidas pelos usuários. Também emite o Atestado de Pena a ser entregue ao condenado, conforme determina a Resolução 113/2010 do CNJ.

CONTINUA

06 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

Entrância intermediária

No próximo dia 28 de setembro, às 13h30, haverá em Quedas do Iguaçu a solenidade de elevação da comarca à entrância intermediária. Na mesma data serão instaladas a Vara Cível, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e também a Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família. A escrivania Cível da comarca será estatuizada na mesma ocasião.

Chá beneficente

Com desfile de moda e chá da tarde, o grupo de senhoras de magistrados, amigas e colaboradoras promovem, no dia 28 de setembro, a partir das 14h, no salão azul do Clube Curitibano, evento beneficente em prol do Centro de Educação Infantil "Maria José Coutinho Camargo". Durante o encontro será apresentado o desfile da nova coleção de F. Bertelli. Os convites podem ser adquiridos no Cerimonial do Tribunal de Justiça (3200-2171 / 3200-2880), na Associação dos Magistrados do Paraná - Amapar (3017-1620/ 3017- 1623 e na Creche (3254-5832). O Centro de Educação Infantil Maria José Coutinho Camargo atende os filhos dos servidores do Tribunal de Justiça com idades entre 4 meses e 6 anos, das 11h às 20h. A Escola que irá completar 30 anos em novembro, conta com aproximadamente 130 alunos e funciona no bairro São Lourenço, em Curitiba.

Promoções

Pelo critério de antiguidade foram promovidos o Juiz de Direito da Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família da Comarca de entrância intermediária de Laranjeiras do Sul Bernardo Fazolo Ferreira, ao cargo de Juiz de Direito Substituto da 7ª Seção Judiciária da Comarca de entrância final de Guarapuava; a Juíza de Direito da Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família da Comarca de entrância intermediária de Rio Branco do Sul Adriana Benini ao cargo de Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca de entrância final da Região Metropolitana de Curitiba; o Juiz de Direito da Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família da Comarca de entrância intermediária de Marialva, Maurício Bôer ao cargo de Juiz de Direito Substituto da 13ª Seção Judiciária da Comarca de entrância final de Londrina.

Promoções 2

Já pelo critério de merecimento os juizes de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de entrância intermediária de Paranavaí Rosângela Faoro, e o da Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família da Comarca de entrância intermediária de Bandeirantes.

06 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Relator do Orçamento diz que aumento é inviável

Impacto de R\$ 7,7 bi causado pelo aumento dos salários prejudicaria a aplicação de recursos

O relator do Orçamento, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse que considera inviável o aumento para os funcionários do Poder Judiciário e do Ministério Público. Na sexta-feira (2/9) em mensagem ao Congresso Nacional, a presidenta Dilma Rousseff considerou a possibilidade.

Chinaglia disse que o impacto de R\$ 7,7 bilhões causado pelo aumento dos salários prejudicaria a aplicação de recursos em outras áreas e o ajuste fiscal do governo. "O Congresso não esteve alheio a essa questão da crise, não é agora que vai estar. A prioridade é o equilíbrio fiscal".

Além disso, na opinião dele, beneficiaria apenas uma parcela dos servidores públicos. "Eu não vejo possibilidade de beneficiar um só Poder com todo este montante", disse o relator ao chegar ao Congresso do PT, em Brasília.

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), disse que o ideal seria que todas as categorias tivessem o poder de compra recuperado com o reajuste da inflação, mas até isso parece estar distante dos funcionários do Judiciário. "Não sei se nós teríamos condições hoje de reajustar [os salários] de acordo com a inflação, porque o valor é astronômico". No ano passado a inflação foi 5,9%.

Existem atualmente cinco projetos de reajuste para servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal e dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

06 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça Federal extingue mais uma ação contra o banqueiro Daniel Dantas

Justiça Federal encerrou na semana passada mais uma novela envolvendo o banqueiro Daniel Dantas. O juiz Flávio Oliveira Lucas, da 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro extinguiu, sem julgamento do mérito, a ação subscrita pelos procuradores da República Luiz Francisco de Souza e Lauro Cardoso. As acusações eram basicamente as mesmas que seriam ressuscitadas na chamada operação satíagraha anos depois.

A ação extinta ficou famosa por ter sido produzida em um computador da Nexxy Capital, empresa pertencente a um adversário de Dantas, o empresário Luís Roberto Demarco — o mesmo investigado em inquérito por corrupção ativa no Supremo Tribunal Federal, em que os ex-delegados



Protógenes Queiroz e Paulo Lacerda respondem por corrupção passiva. Outro réu no mesmo processo é o empresário e blogueiro Paulo Henrique Amorim, também implicado por ter trabalhado na produção dessa ópera.

Na sentença, o juiz Oliveira Lucas descreve a ação apresentada pelo Ministério Público como

“confusa, truncada, pouco lógica e recheada de reprodução de reportagens, principalmente publicadas na revista ‘carta capital’.” O juiz desqualifica também o conteúdo da inicial que, diz ele, “parece ter sido fortemente influenciada por fatores outros, que não o mero exercício do direito de demandar em juízo.”

06 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Advogados enviam ofício contrário à PEC dos Recursos

A advocacia paulista decidiu se manifestar contra a Proposta de Emenda Constitucional 15/2011, conhecida como PEC dos Recursos. Em ofício enviado ao Senado na semana passada, OAB-SP, Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp) e Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp) afirmaram que a proposta não resolve os problemas do Judiciário brasileiro e traz “graves inconvenientes para a ordem jurídica nacional”.

De acordo com a PEC, que aguarda parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, toda decisão julgada em segunda instância será considerada transitada em julgado — antecipando a execução à segunda instância. A medida foi proposta pelo ministro Cezar Peluso, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, como medida para dar celeridade ao Judiciário nacional.

No entanto, os advogados de São Paulo não acham que a PEC vai resolver os problemas a que se propõe. Diz o ofício das entidades advocatícias que a proposta se baseia “na equivocada premissa de que mais uma alteração na estrutura formal dos recursos proporcionará aos jurisdicionados rapidez e celeridade”. Em contrapartida, os advogados defendem que “o necessário são mudanças e melhorias estruturais na organização judiciária”.

Para as entidades, a PEC ainda traz “severa limitação” ao princípio constitucional da presunção de inocência, e “alteração substancial do conceito clássico e universal de coisa julgada”. Os advogados ainda reclamam das acusações de que advogados entram com recursos apenas para atrasar o andamento do processo e, conseqüentemente, a execução. Segundo o ofício, os representantes também sofrem com a demora do Judiciário e, “ao contrário das acusações”, vêm sempre lutando para dar celeridade à Justiça brasileira.

JORNAL DO ESTADO

Efeito cascata

06 SET 2011

O presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), afirmou ontem não ver necessidade de um novo aumento dos salários dos parlamentares. Isso pode acontecer na esteira da elevação dos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que servem de teto para o funcionalismo público e agentes políticos do País. Pela proposta incluída no Orçamento da União para 2012, os salários dos ministros do STF iriam a mais de R\$ 30 mil e, por conta do “efeito cascata”, os vencimentos dos deputados poderiam ir para R\$ 22,9 mil. “Se depender de mim, não será implantado. Mas não estou acima da lei”, alegou Rossoni, referindo-se ao fato de que, pela Constituição Federal, os deputados estaduais tem direito a 75% dos vencimentos de um parlamentar federal, que têm seus salários atrelados ao do STF.

Plantão

A Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba vai funcionar neste feriadão de quarta-feira e quinta-feira, das 8h30 às 18h30. Todo o eleitorado de Curitiba deve ser recadastrado pelo sistema biométrico, que identifica o eleitor através das impressões digitais. O comparecimento é obrigatório. O eleitor que não comparecer terá o título cancelado. Dos 1.310.000 eleitores de Curitiba, 480.535 já compareceram, o que equivale a quase 37% do total. A maneira mais prática é o eleitor agendar o atendimento através do site do TRE, no endereço www.tre-pr.jus.br. No ato da revisão, o eleitor poderá regularizar possíveis pendências, alterar local de votação e fazer retificações, bem como receberá um novo título de eleitor.

Denúncia por e-mail

Já está em funcionamento o e-mail institucional para recebimento de denúncias da Polícia Federal do Paraná. Não é necessário identificar-se e o sigilo da fonte é preservado. Destina-se a colher informações junto à sociedade acerca do cometimento de delitos de atribuição da Polícia Federal em todo o Estado, tais como tráfico de drogas, contrabando, lavagem de dinheiro, tráfico de armas, crimes ambientais e crimes financeiros. Todas as informações serão analisadas e poderão subsidiar investigações policiais. A criação do e-mail tem por objetivo propiciar mais um canal de comunicação com a Polícia Federal do Paraná, possibilitando o recebimento de informações mais completas e detalhadas, e permitindo eventual interação da Polícia com o noticiante. O e-mail é denuncia.srpr@dpf.gov.br.

EM ALTA

O Conselho Federal da OAB ajuizou uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para proibir o financiamento de campanha política por pessoa jurídica. A Adin 4.650 pede a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei 9.504/97, que estabelece as regras das eleições. A Adin, com pedido de medida cautelar, quer suspender até o julgamento definitivo da ação.

EM BAIXA

O líder do governo na Câmara dos Deputados, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), afirmou ontem que não é possível atender à reivindicação do Judiciário de aprovar um REAJUSTESALARIAL DE MAIS DE 50% PARA SERVIDORES DO JUDICIÁRIO. Vaccarezza disse que o projeto que está na Casa “não pode ser votado”.

JORNAL DO ESTADO

SEQUESTRO DE BEBÊ

06 SET 2011

Polícia divulga retrato falado

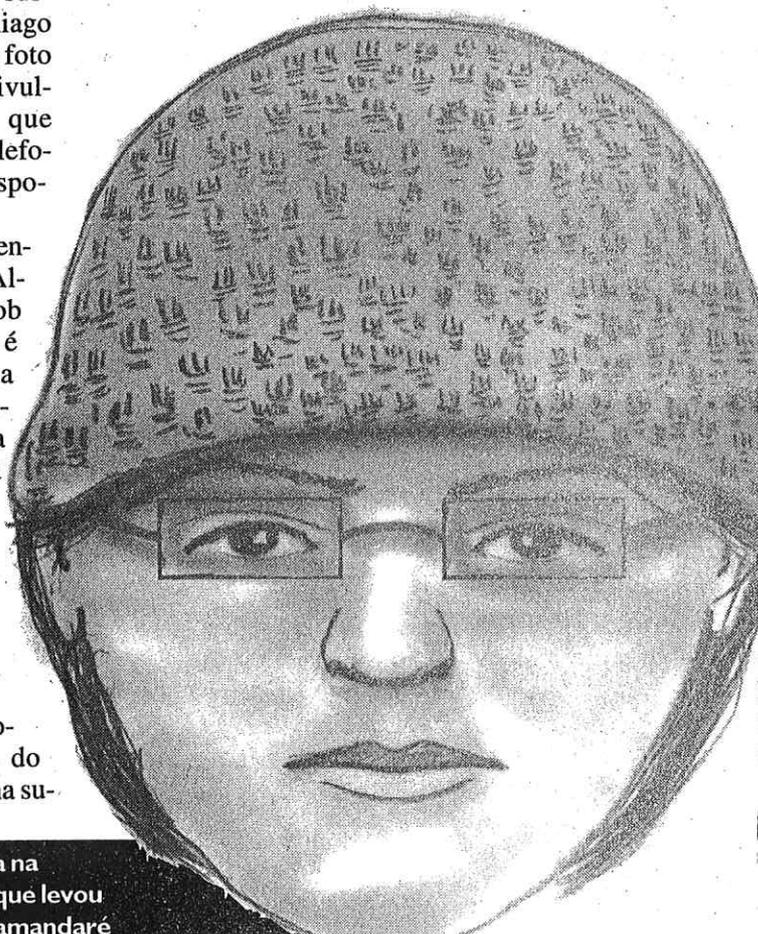
O Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride) entrou no caso da criança, de 2 dois meses, que foi sequestrada, na noite de sexta-feira, em Almirante Tamandaré, Região Metropolitana de Curitiba. O Sicride irá auxiliar a delegacia da cidade nas investigações. Ontem, foi divulgado o retrato falado da suspeita de levar Natan Thiago de Lara da Silva. Uma foto do bebê também foi divulgado pela delegacia, que também colocou um telefone para denúncias à disposição da população.

Segundo o superintendente da delegacia de Almirante Tamandaré, Job de Freitas, a família é muito humilde e, havia três dias que era assediada por uma mulher. Na sexta-feira, a suspeita foi até a residência do casal e convidou a mãe, com a criança, para irem até uma loja comprar roupas. No estabelecimento, a suspeita deu varias calças jeans para a mãe provar. Quando ela saiu do provador, seu filho tinha su-

mido. A dona da loja disse ter visto a senhora sair rapidamente da loja com a criança. O local não possui câmeras de segurança.

Segundo relatos do pai do bebê, a mulher sempre mudava o visual. De acordo com o relato na delegacia, ela apareceu com óculos e cabelos soltos, outra vez sem

óculos e com touca na cabeça. "Tudo isso dificulta a identificação da sequestradora", disse Job. Pessoas que tiverem informações sobre a suspeita podem entrar em contato com o Sicride, pelo telefone (41) 3224-6822.



Sicride também ajuda na procura pela mulher que levou bebê em Almirante Tamandaré

JORNAL DO ESTADO

TRABALHO ESCRAVO

06 SET 2011

PR é o quinto estado no RESGATE DE PESSOAS

Em 2010, 120 trabalhadores foram encontrados em situação análoga a escravidão

Em 2010, o Paraná foi o quinto estado em registro de trabalho análogo ao de escravo, com a liberação de 120 pessoas, conforme as estatísticas da Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae). À frente ficaram o Pará (559 pessoas), Minas Gerais (511 trabalhadores), Goiás (343 trabalhadores), Santa Catarina (253 pessoas) e Mato Grosso (122 trabalhadores).

Os números balizam a implantação do Pacto para Erradicação do Trabalho Escravo no Paraná, lançado ontem pelo Ministério Público do Trabalho na sede da Associação Paranaense Base Florestal.

Participaram do lançamento 200 empresas. Elas receberam notificação do Ministério Público do Trabalho sobre a reunião que, além do lançamento do programa, teve como meta debater ações mais eficazes para combater o trabalho análogo ao escravo. As empresas chamadas são das áreas de agricultura, construção civil, indústria da madeira, além das respectivas federações e sindicatos.

O procurador Rafael Garcia Rodrigues fez a apresentação do projeto do MPT "Resgatando a Cidadania". A auditora da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Luize Surkamp, falou sobre o trabalho em condição análoga à de escravo no setor rural e também no setor da construção civil.

Multas — Em 2010, foram lavrados 325 autos de infração, 26 empresas foram fiscalizadas em 6 operações. Foram ainda recolhidos aos cofres públicos R\$ 244.898,59 em multas aplicadas às empresas infratoras.

Em 2008, foram realizadas 8 operações em 21 empresas e 155 trabalhadores foram resgatados do trabalho análogo ao de escravo. Em 2009, em 15 operações de fiscalização realizada em 47 empresas, 227 pessoas foram resgatadas.

CONJUR

A Justiça ainda teima em funcionar em um único turno

05 SET 2011

Por Miguel Ângelo Cançado

O Conselho Nacional de Justiça acaba de divulgar os dados do relatório *Justiça em Números* relativos a 2010. São informações e números impressionantes de tão superlativos que se apresentam e, por isso mesmo, merecerão ampla análise e repercussão na sociedade.

Segundo ali se vê, tramitaram em todo país no ano pesquisado 24,2 milhões de processos novos, com redução de 3,9% em relação ao ano anterior. Foram consumidos mais de 41 bilhões de reais com o funcionamento da Justiça nas suas três esferas, estadual, federal e do trabalho.

Durante a solenidade de lançamento do relatório, o ministro Cezar Peluso, Presidente do STF e do CNJ, disse que “é preciso lembrar que, por trás de cada um desses milhões de processos há um cidadão”. Então, digo eu, há em cada caso um cidadão que, em geral, carrega consigo uma enorme carga de angústia e de expectativa de ver seu conflito de interesses resolvido. Mas, haja paciência!

Uma das claras conclusões a que se chega diante da diversidade de informações que o *Justiça em Números* contém é que o cumprimento da missão republicana do Poder Judiciário precisa mesmo ser visto sob a perspectiva dos interesses do cidadão e, lógico, do atendimento às suas demandas. O que ultrapassa a frieza das estatísticas.

A Constituição Federal impõe princípios para a administração pública, dentre eles, os da eficiência e da razoável duração do processo. Quanto ao Poder Judiciário é indispensável que nos utilizemos dos números recém divulgados para saber se eficiência e celeridade processual são realidade ou quimera.

Nesse contexto, chamo a atenção para o fato de que, além de outros temas recorrentes que gravitam em torno da tão falada morosidade do Judiciário, discute-se hoje, com razoável intensidade, a questão do horário de funcionamento dos órgãos jurisdicionais, sobretudo depois da edição da Resolução 130 do CNJ e da suspensão dos seus efeitos por medida cautelar proferida monocraticamente pelo ministro Luiz Fux do STF.

Ora, não há como falar em bem atender o cidadão se o Poder Judiciário em diversas das suas esferas e unidades da Federação ainda teima em funcionar em apenas um turno, sob o argumento de falta de estrutura e para evitar aumento de custos, como, aliás, consta do despacho do ministro Luiz Fux.

Preocupados que estamos, os advogados brasileiros, com essa urgente questão, lancei há poucos dias proposta ao Conselho Federal da OAB de uma campanha para conscientização geral para a necessidade de se uniformizar e ampliar os horários de atendimento a advogados e partes, fazendo valer, ao menos, a Resolução 130 do CNJ.

Quem sabe assim, ao invés de se administrar com os olhos voltados para os cofres, os agentes públicos voltem suas sensibilidades para o jurisdicionado, que não se conforma em ver as portas dos fóruns e tribunais fechadas enquanto dos demais ramos das atividades produtivas e dos serviços públicos estão abertas.

Miguel Ângelo Cançado é presidente da OAB de Goiás.

05 SET 2011

Policial barrado em restaurante deve ser indenizado CONJUR

A 5ª Vara Cível do Distrito Federal mandou a Caixa Beneficente da Polícia Militar indenizar um policial militar por constrangê-lo ao impedi-lo de entrar no estabelecimento. Segundo funcionários da associação, em fevereiro de 2009, ele não poderia usufruir dos serviços do restaurante por possuir pendências em seu cadastro. O juiz entendeu que a conduta da Associação produziu "dano moral que atingiu o âmbito psíquico do ofendido, que sofreu violação em sua tranquilidade e subtração de sua paz de espírito".

Por estar fardado, ser contribuinte da entidade há mais de 20 anos, e ter passado pelo constrangimento de ser barrado na frente de diversas pessoas, o policial entrou com um pedido de indenização por danos morais.

Em sua defesa, a Caixa Beneficente informou que tudo não passou de uma "falha de comunicação" e que o policial teria sofrido "apenas meros aborrecimentos, não tendo a instituição atentado ou violado o decoro ou honra alheios". Disse ainda que decidiu "abrir as portas de seu estabelecimento, não sendo necessário que o associado faça refeições em outro local" e pediu que fosse colocada uma "pá de cal no mal entendido".

O juiz substituto da 5ª Vara Cível entendeu que se o policial é filiado da entidade há mais de vinte anos, a associação poderia facilmente tê-lo contatado para esclarecer sobre as modificações que pretendia implementar e no momento em que o fato ocorreu, os responsáveis pela instituição poderiam ter resolvido a situação "franqueando a entrada do associado ao restaurante e procurado informar que seria preciso que houvesse uma atualização dos dados junto aos cadastros da associação". Por isso, entendeu o magistrado ser devida a indenização ao policial no valor de R\$ 3 mil.

Ainda de acordo com a sentença, o valor indenizatório fixado levou em consideração "a proporcionalidade entre o dano moral e suas consequências, bem como as condições econômico-financeiras do agente causador do dano". *Com informações da Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.*

CONJUR

Entidade evangélica deve ressarcir prejuízos em fraude

05 SET 2011

O Fórum Brasil de Apoio e Intercâmbio a Cooperativas Evangélicas (Fobraice) deve ressarcir todos os prejudicados por um programa habitacional frustrado. A decisão é da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que acatou recurso do Ministério Público do Rio Grande do Norte.

Esta é a segunda parte de um caso cuja decisão já havia sido favorável ao MP. Trata-se de uma Ação Civil Pública para reclamar de um convênio entre o Fobraice e a Caixa Econômica Federal para construir casas para a população de baixa renda. Para participar do programa, as famílias interessadas deveriam iniciar uma poupança com a entidade evangélica.

Cerca de 1,7 mil famílias se inscreveram, mas, segundo o processo, as edificações nunca começaram — e a entidade se apropriou do dinheiro. O MP, então, ajuizou a ACP em favor de 600 inscritos na Fobraice e obteve decisão favorável no STJ. Posteriormente, o MP potiguar entrou com nova ação, idêntica nos argumentos, em favor das famílias que não foram arroladas no primeiro processo.

A decisão da 4ª Turma diz respeito à segunda ação. Além de repetir os argumentos do primeiro processo, o MPRN sustentou que o juiz deveria ter aplicado o princípio *erga omnes* — estender a decisão às demais famílias, por se tratar do mesmo caso. A ação foi julgada procedente na primeira instância, e o Fobraice recorreu ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

O TJ também deu razão ao MP. Entendeu que a Ação Civil Pública, por lei, tem efeito *erga omnes* e que a não extensão aos demais prejudicados foi “mero erro material”. No entanto, também entendeu que seria impossível repetir a ação, pois isso ofenderia a coisa julgada.

Ambas as partes foram ao STJ. O recurso da Fobraice nem chegou a ser conhecido, pois, segundo o ministro João Otávio Noronha, relator do caso, decidiu que ele não era “nem útil e nem necessário” à ação. Já o MP alegou que não ofendeu a coisa julgada, pois, embora a ação seja idêntica, foi interposta para assegurar o direito homogêneo a todos os envolvidos.

O ministro Noronha aceitou o argumento do MP. Afirmou que, se a primeira ação tratava de direitos homogêneos, mas a extensão daquela decisão não enquadrava todos os envolvidos no caso, “há distinção no pedido imediato formulado”. “Cabe observar que não houve julgamento, naquela ação, do mérito em relação às pessoas que ora se pretende beneficiar, visto que elas simplesmente foram ignoradas”, afirmou. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

CNJ

Corregedoria do avião do tráfico à Justiça do Mato Grosso

05 SET 2011



A ministra Eliana Calmon, corregedora nacional de justiça, informou que a Corregedoria entregará, este mês, um avião monomotor ao Poder Judiciário do Mato Grosso para transporte de magistrados. O avião, com capacidade para cinco pessoas, foi apreendido pela Polícia Federal com quase 200 quilos de cocaína e está avaliado em R\$ 500 mil. A aeronave será compartilhada pelo Tribunal de Justiça daquele Estado (TJMT) com

os tribunais regionais do Trabalho e Eleitoral.

“Com esse avião posso ir a várias comarcas no mesmo dia”, comentou o corregedor-geral de justiça de Mato Grosso, Márcio Vidal, durante audiência com a ministra corregedora. “O monomotor já resolve muitos dos nossos problemas”, acrescentou. A ministra Eliana Calmon disse que quer equipar com dois aviões (um bimotor e um monomotor) cada tribunal dos Estados localizados na Amazônia Legal – que compreende Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e grande parte dos Estados do Maranhão e Mato Grosso.

Economia - O avião destinado ao Mato Grosso é da marca Bonanza modelo 35, fabricado nos Estados Unidos. Foi apreendido na semana passada quando transportava cocaína da Colômbia para Cuiabá. De acordo com o juiz auxiliar da Corregedoria Marlos Melek, uma viagem que levava até seis dias de ida e volta para um ato de fiscalização, por exemplo, com a aeronave passará a ser realizada em, no máximo, dois dias, o que representará economia de tempo, deslocamento e diárias para o Judiciário

Segundo Melek, a hora de voo deste avião, em combustível, custa apenas R\$ 200,00, e sua capacidade é de aproximadamente 260 Km/h. “Este é o Poder Judiciário que todos queremos. Um Poder que dialoga, mobiliza-se, articula-se, fortalece-se. Integrados, todos os ramos do Poder Judiciário do Mato Grosso utilizarão o avião”, enfatizou o magistrado.

Amazonas – Não é a primeira vez que a Corregedoria Nacional de Justiça entrega aeronaves apreendidas no tráfico ao Poder Judiciário, melhorando a prestação de serviços jurisdicionais ao cidadão.

Em junho, o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) recebeu um avião monomotor, também apreendido do tráfico de drogas. O avião passou a servir à região amazônica, evitando o fechamento de 30 varas no interior, inacessíveis por terra na maior parte do ano. O funcionamento destas comarcas estava ameaçado pela falta de transporte dos processos e dos magistrados, já que o acesso por terra é inviável na região.

CNJ 05 SET 2011

Rede subsidiará juízes em processos que envolvam pessoas com problemas mentais



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) firmou, em conjunto com o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), o Ministério Público e diversas secretarias do governo estadual baiano termo de cooperação técnica para a implantação do “Programa de Assistência às Pessoas com Transtornos Mentais” na Bahia. O trabalho consistirá numa espécie de rede de integração, cujo objetivo é auxiliar os juízes em processos que envolvam casos de insanidade. Terá a participação de psicólogos, assistentes sociais e bacharéis em Direito.

A medida concretiza a formação de uma rede de atendimento aos portadores de transtornos mentais cumprindo medidas de segurança. De acordo com o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ), juiz Luciano Losekann, a rede contará com profissionais das áreas de Justiça, Saúde e Assistência Social para que, ao ser constatado o transtorno mental, o cidadão seja assistido e acompanhado pelo Estado. A medida está em conformidade com a política antimanicomial brasileira.

Destino - “Desde a constatação de que havia a necessidade dessa formação de rede até o reconhecimento de todos os atores que serão parceiros, levamos um ano e meio. A preocupação maior é com o destino desse paciente; saber quem vai recebê-lo, quais são as políticas públicas que serão implantadas”, disse.

Assinaram também o termo de cooperação, na quinta-feira (01/09) a presidente do Tribunal de Justiça (TJBA), desembargadora Telma Britto; o procurador-geral de justiça Wellington César Lima e Silva; a defensora-pública geral Maria Célia Padilha, representantes das secretarias estaduais de Administração, da Saúde, da Administração Penitenciária e Ressocialização e de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, além do Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde do Estado da Bahia.

Também na Bahia um segundo termo de cooperação, desta vez com a participação da ministra Eliana Calmon, corregedora nacional de justiça, foi firmado no mesmo dia para a inclusão do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública do Estado da Bahia (Cisp/BA) – no âmbito do “Programa Justiça Plena”, do Conselho Nacional de Justiça. Este último programa monitora e dá transparência ao andamento de processos de grande repercussão social.

CNJ

**Encontro do Começar de Novo tem início
nesta segunda (5) em SP**

05 SET 2011



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) abrem, nesta segunda-feira (05/09), em São Paulo, o Encontro Nacional do programa Começar de Novo, do CNJ, voltado para a reinserção de detentos e egressos do sistema carcerário no mercado de trabalho.

O evento acontece até a terça-feira (06/09) na sede da Fiesp (Avenida Paulista, nº 1313, São Paulo). Tem o objetivo de mostrar ao empresariado de todo o País as vantagens da oferta de cursos de capacitação e de emprego para detentos e ex-detentos – uma vez que, além da promoção da cidadania e da prevenção da reincidência criminal, são vários os benefícios desse tipo de contratação.

O encontro será aberto pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso; pelo presidente da Fiesp, Paulo Skaf; e pelo ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi.

O Programa Começar de Novo foi criado pelo CNJ em 2009 com o objetivo de administrar, em nível nacional, ofertas de profissionalização e de emprego para detentos e ex-detentos. Voltado ao fortalecimento da cidadania e à redução da reincidência criminal, o programa conseguiu, desde então, ocupar 1.696 postos de trabalho (dados de 1/09/2011) em todas as regiões do País.

SERVIÇO

Encontro Nacional do Programa Começar de Novo

Local: Sede da FIESP. Av. Paulista, nº 1313, São Paulo

Data: 5 e 6 de setembro de 2011

Credenciamento: a partir de 13h30 de segunda-feira (05/09)

Abertura: 14h de segunda-feira (05/09)

PARANÁ ONLINE

**Informativo
Judiciário**

Tribunal de Justiça do Paraná

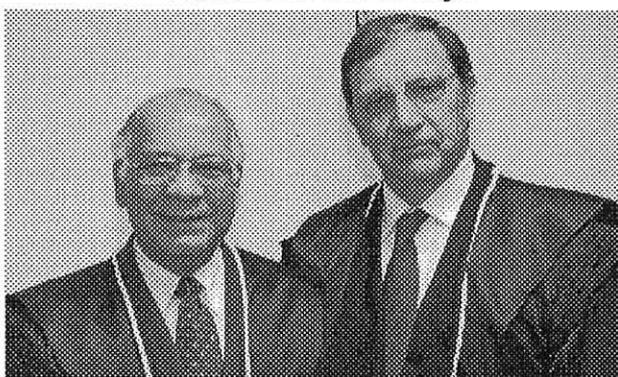
Campanha institucional de valorização dos juízes

03 SET 2011

O Tribunal de Justiça e a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) vão lançar uma campanha institucional de valorização dos juízes. A campanha foi criada gratuitamente pela agência Heads, de Curitiba, com peças para outdoor, mobiliário urbano, busdoor, revista, jornal, TV rádio, folders e cartazes. "Como não temos verba para publicidade, precisaremos do apoio dos meios de comunicação para a veiculação da campanha, que valoriza e dignifica os juízes", afirma o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfoury Neto. A campanha "Quem Garante Nossa Cidadania Merece Respeito" deve ser lançada em outubro. Até lá o presidente do Tribunal de Justiça e da Amapar, Gil Guerra, vão visitar diretores dos veículos de comunicação para obter apoio na divulgação. "Enfim teremos essa campanha de valorização dos magistrados paranaenses, a custo zero, com criação do publicitário Cláudio Loureiro. Essa campanha lava a alma de todos nós e restaura o ânimo dos juízes", diz Gil Guerra.

Homenagem

Foto: Irineu Wlodarczyk



Desembargador João Kopytowski (à dir.) e o 1º vice-presidente do TJ, des. Onésimo Mendonça de Anunciação.

O desembargador João Kopytowski foi homenageado na quinta-feira (1/9) antes de sua última participação nos julgamentos da 2ª Câmara Criminal. Ele se aposenta no dia 6 de setembro - antes disso, participa da sessão do Órgão Especial de sexta-feira (2). "Em nome do Tribunal de Justiça agradeço a Vossa Excelência pelo muito que fez pela magistratura, como juiz, estudioso, sábio e preparado, independente sem ser arrogante, humilde sem ser subserviente. O desembargador Kopytowski deixa um exemplo para a

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

PARANÁ ONLINE

nova geração de juízes", disse o presidente em exercício do Tribunal, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação. "Levo comigo a honra de ter sido juiz do Paraná por quase 42 anos. Minha carreira começou em outubro de 1969. Agora que passo a uma nova fase, aproveitarei para escrever um livro sobre minha vida e carreira. Tive amigos maravilhosos e inimigos poderosos. Pude superar as dificuldades com esforço e dignidade", afirmou o desembargador João Kopytowski.

Prêmio Conip

03 SET 2011

O Tribunal de Justiça do Paraná recebeu na segunda-feira (29) em São Paulo o prêmio Conip de Excelência na categoria Judiciário, conferido pelo Instituto de Estudos de Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Itip). O trabalho vencedor é "Ferramenta para Cálculo de Execução Penal e Emissão de Atestado de Pena", desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJ. A avaliação dos trabalhos foi realizada pelo Conselho do Itip e por representantes de órgãos públicos, que avaliaram dados relevantes como a abrangência e utilidade pública do trabalho, além do desempenho da aplicação. O trabalho do TJPR foi elaborado pelos analistas de sistemas Wagner Paulo Martins (coordenador da equipe), João Paulo Ribeiro do Nascimento e Pablo Damasceno Rattes, do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, com a participação da técnica judiciária Déborah Mesadri. A "Ferramenta para Cálculo de Execução de Penas e Emissão de Atestado de Pena" também foi recentemente escolhida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como melhor sistema de cálculo de pena, com a recomendação de que ela se torne padrão nacional. A ferramenta é um formulário on-line que calcula o tempo restante para o condenado adquirir o direito aos benefícios de progressão de regime e livramento condicional, bem como para o término da pena. Baseia-se em regras e informações fornecidas pelos usuários. Também emite o Atestado de Pena a ser entregue ao condenado, conforme determina a Resolução 113/2010 do CNJ.

Entrância intermediária

No próximo dia 28 de setembro, às 13h30, haverá em Quedas do Iguaçu a solenidade de elevação da comarca à entrância intermediária. Na mesma data serão instaladas a Vara Cível, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e também a Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família. A escrivania Cível da comarca será estatizada na mesma ocasião.

Chá beneficente

Com desfile de moda e chá da tarde, o grupo de senhoras de magistrados, amigas e colaboradoras promovem, no dia 28 de setembro, a partir das 14h, no salão azul do Clube Curitibano, evento beneficente em prol do Centro de Educação Infantil "Maria José Coutinho Camargo". Durante o encontro será apresentado o desfile da nova coleção de F. Bertelli. Os convites podem ser adquiridos no Cerimonial do Tribunal de Justiça (3200-2171 / 3200-2880), na Associação dos Magistrados do Paraná - Amapar (3017-1620/ 3017- 1623 e na Creche (3254-5832). O Centro de Educação Infantil Maria José Coutinho Camargo atende os filhos dos servidores do Tribunal de Justiça com idades entre 4 meses e 6 anos, das 11h às 20h. A Escola que irá completar 30 anos em novembro, conta com aproximadamente 130 alunos e funciona no bairro São Lourenço, em Curitiba.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

PARANÁ ONLINE
03 SET 2011

Promoções

Pelo critério de antiguidade foram promovidos o Juiz de Direito da Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família da Comarca de entrância intermediária de Laranjeiras do Sul Bernardo Fazolo Ferreira, ao cargo de Juiz de Direito Substituto da 7ª Seção Judiciária da Comarca de entrância final de Guarapuava; a Juíza de Direito da Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família da Comarca de entrância intermediária de Rio Branco do Sul Adriana Benini ao cargo de Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca de entrância final da Região Metropolitana de Curitiba; o Juiz de Direito da Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família da Comarca de entrância intermediária de Marialva, Maurício Bôer ao cargo de Juiz de Direito Substituto da 13ª Seção Judiciária da Comarca de entrância final de Londrina.

Promoções 2

Já pelo critério de merecimento os juízes de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de entrância intermediária de Paranaíba Rosângela Faoro, e o da Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família da Comarca de entrância intermediária de Bandeirantes, André Carias de Araujo foram promovidos respectivamente para o cargo de Juiz de Direito Substituto da 10ª Seção Judiciária da Comarca de entrância final de Londrina e para a 1ª Seção Judiciária da Comarca de entrância final da Região Metropolitana de Curitiba. Também a juíza de Direito da Comarca de entrância inicial de São João do Triunfo Michela Vechi Saviato foi promovida por merecimento para a Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família da Comarca de entrância intermediária de São Mateus do Sul.

Convocação

O desembargador Guilherme Luiz Gomes foi convocado para substituir, no Órgão Especial, o desembargador Idevan Batista Lopes, a partir de 1º de setembro, durante o afastamento deste.

Plantão Judiciário

Os juízes de Direito Paulo Bizerril Tourinho (1º grau) e Carlos Augusto Altheia de Mello (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período 05/9/2011 a 12/9/2011. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense (18 horas) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia quando não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323 6767